

Edição 11.184 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri **SÁBADO // 21.11.2026 // Cascavel-PR** www.gazetadoparana.com.br

Copel: referência no Brasil na geração e transmissão de energia

●Com disponibilidade de até 98,61%, **companhia paranaense liderou duas categorias de avaliação nacional do setor elétrico**

●A companhia conquistou o **primeiro lugar nacional na transmissão em corrente alternada** pelo segundo ano consecutivo

●Manter uma hidrelétrica disponível para produzir energia durante todo o ano exige mais do que turbinas em funcionamento. A operação depende de manutenção, acompanhamento permanente de centenas de equipamentos e sistemas complexos, além de planejamento para reduzir interrupções. Na transmissão de energia em alta tensão, o desafio é semelhante: assegurar que linhas e subestações permaneçam em condições de transportar eletricidade sem interrupções. Foi nesse cenário que a Copel alcançou alguns dos melhores indicadores operacionais do setor elétrico brasileiro. Na transmissão, a rede operada pela companhia paranaense registrou disponibilidade de 98,61%, em 2025. Na geração hidrelétrica, o índice do conjunto das usinas da Copel chegou a 96,9%.

Público ● P.3

DADOS

●**O índice de disponibilidade indica** a proporção do período em que determinada instalação esteve em condições de operar, conforme os critérios técnicos

PR: reposição salarial depende das emendas



Valdir Amaral

●A inclusão de recursos para a reposição salarial dos servidores públicos estaduais no orçamento do Paraná para 2027 dependerá agora da análise de emendas pela Assembleia Legislativa (Alep). Embora a proposta encaminhada pelo governo Ratinho Junior (PSD) não contemple uma previsão específica para a nova data-base, o Fórum das Entidades Sindicais do Paraná (FES) entregou ao relator do orçamento, deputado Evandro Araújo (PSD), um conjunto de propostas para assegurar recursos destinados à recomposição dos salários, progressões nas carreiras e atualização de benefícios. A decisão sobre o acolhimento das reivindicações ocorrerá durante a elaboração do relatório final da Lei Orçamentária Anual (LOA), cuja votação está prevista para dezembro. Entre as prioridades estão recursos para a data-base de 2027 e para a recomposição das perdas salariais acumuladas. Público ● P.2



O Rubro-Negro só precisa de um empate para ser campeão antecipado. Verdão tenta estragar a festa Cesar Greco

ACABA HOJE?

Palmeiras e Flamengo fazem confronto direto pela antepenúltima rodada do Campeonato Brasileiro. Esportes ● Pág.6

TRADICIONAL CASCAVEL DE OURO SERÁ HOJE

Esportes ● Pág.5

F 1: CINCO PILOTOS NA DISPUTA PELO VICE

Esportes ● Pág.6

GALO PEGA O BOCA NA FINAL DA 'SULA' HOJE

Esportes ● Pág.6

GRALHA E FURACÃO DECIDEM COPA PARANÁ

Esportes ● Pág.6

Líder

Paraná produz 5 milhões de toneladas de frango

O Paraná produziu 5 milhões de toneladas de carne de frango em 2025 e respondeu por 4,6% da oferta mundial. O volume colocaria o Estado na quinta posição entre os maiores produtores do mundo, caso fosse considerado um país. O ranking seria liderado por Estados Unidos, China, Brasil e Rússia. Os dados foram consolidados pelo Ipardes.

Global ● P.11



Jonathan Campos/AEN



Juliana Sussai

Produção de leite

Aplicativo ajuda na melhoria do uso da água

O aplicativo Índice de Desempenho Hídrico da Produção Leiteira (IDH Leite Embrapa) possibilita que produtores e técnicos identifiquem fragilidades no uso da água e no manejo dos dejetos. A adoção de boas práticas em fazendas com base nas recomendações do dispositivo impacta na redução do custo ambiental e favorece a conservação dos recursos naturais. Global ● P.12

Público

Data-base Sindicatos entregaram propostas ao relator da LOA de 2027 para incluir reajuste, progressões e benefícios; decisão ficará com a Assembleia durante a análise do relatório final da LOA estadual

Reposição salarial depende de emendas ao orçamento do Paraná

FES cobra recursos para a reposição salarial dos servidores estaduais, mas proposta do governo para 2027 ainda não prevê verba específica

DA REDAÇÃO
Cascavel



O FES calcula em 46,32% as perdas salariais acumuladas pelo funcionalismo Divulgação

●A inclusão de recursos para a reposição salarial dos servidores públicos estaduais no orçamento do Paraná para 2027 dependerá agora da análise de emendas pela Assembleia Legislativa (Alep). Embora a proposta encaminhada pelo governo Ratinho Junior (PSD) não contemple uma previsão específica para a nova data-base, o Fórum das Entidades Sindicais do Paraná (FES) entregou ao relator do orçamento, deputado Evandro Araújo (PSD), um conjunto de propostas para assegurar recursos destinados à recomposição dos salários, progressões nas carreiras e atualização de benefícios. A decisão sobre o acolhimento das reivindicações ocorrerá durante a elaboração do relatório final da Lei Orçamentária Anual (LOA), cuja votação está prevista para dezembro.

As propostas foram entregues pelo FES em 13 de novembro, quatro dias antes da audiência pública realizada na Assembleia para discutir a distribuição dos R$ 84,6 bilhões previstos para o próximo exercício. Além do relator, a bancada de oposição recebeu as reivindicações. A iniciativa busca transformar as cobranças apresentadas pelos sindicatos em alterações concretas na proposta orçamentária, embora a entrega das sugestões não signifique que tenham sido formalmente incorporadas ao projeto.

Entre as prioridades estão recursos para a data-base de 2027 e para a recomposição das perdas salariais acumuladas, calculadas pelo Fórum em 46,32%. As entidades também reivindicam dotações para promoções e progressões funcionais, atualização dos valores de auxílio-transporte e auxílio-alimentação, além de gratificações previstas nas diferentes carreiras do funcionalismo.

O conjunto inclui ainda uma proposta de R$ 1,4 milhão para a realização da primeira Conferência Estadual da Saúde dos Servidores Públicos do Paraná, iniciativa que, segundo o FES, foi acordada com o governo estadual em 2019.

Pressão popular

A reivindicação salarial também aparece como a principal demanda registrada no mecanismo de participação popular da Assembleia. Segundo dados divulgados pelo próprio Legislativo, das aproximadamente 8 mil contribuições recebidas durante a discussão do orçamento anterior, cerca de 7,6 mil, equivalentes a 95% do total, estavam relacionadas a pedidos de reajuste salarial e recomposição da data-base.

O volume de manifestações demonstra a mobilização do funcionalismo na discussão orçamentária, mas não representa uma pesquisa de opinião sobre as prioridades da população paranaense. As contribuições foram apresentadas espontaneamente por diferentes segmentos, especialmente categorias de servidores públicos.

Apesar dessa mobilização, a proposta para 2027 voltou a ser encaminhada sem uma reserva específica para a reposição geral reivindicada pelos sindicatos. O orçamento prevê crescimento de 3,67% em relação ao exercício anterior, mas o aumento global das despesas não significa a existência de recursos destinados a um novo reajuste.

Durante a audiência de terça-feira (17), a presidenta da APP-Sindicato, Walkiria Olegário Mazeto, cobrou a inclusão da data-base e criticou a ausência de previsão orçamentária. Segundo a dirigente, a inflação acumulada durante os governos de Ratinho Junior ultrapassou 36%, percentual que, na avaliação da entidade, não foi integralmente recomposto pelos reajustes concedidos.

O deputado Professor Lemos (PT) também defendeu a inclusão da reposição salarial na LOA. Durante sua manifestação, afirmou que a revisão geral anual está prevista na Constituição Federal e na legislação estadual, que estabelece 1º de maio como data-base do funcionalismo.

"O orçamento precisa tratar desse tema, não pode deixar de tratar. E não está tratando", afirmou o parlamentar. Lemos argumentou que a reposição da inflação não representa necessariamente ganho real, mas uma medida destinada à preservação do poder de compra dos servidores.

Decisão do relator

A responsabilidade pela análise das emendas e sugestões encaminhadas à Assembleia caberá ao deputado Evandro Araújo, relator do projeto orçamentário. A etapa será determinante para verificar se as reivindicações salariais terão alguma previsão incorporada ao texto final.

Em manifestação divulgada pela Assembleia, Araújo afirmou que as contribuições serão examinadas considerando sua viabilidade, legalidade e adequação ao orçamento. O parlamentar destacou que a ampliação do prazo para participação popular permitirá avaliar um número maior de sugestões antes da conclusão do relatório.

O prazo inicial para apresentação de emendas parlamentares havia sido fixado em 16 de novembro. Já o período para encaminhamento de sugestões populares pelo portal Conexão Assembleia foi prorrogado até a próxima segunda-feira (23).

Há uma diferença entre os dois procedimentos. As propostas apresentadas por sindicatos e cidadãos podem subsidiar o trabalho parlamentar, mas não são automaticamente convertidas em emendas legislativas. Para alterar o projeto, as reivindicações precisam passar pelos procedimentos regimentais e pela análise da Comissão de Orçamento.

Durante a audiência, o presidente da comissão, deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD), afirmou que a questão da data-base deverá ser discutida no relatório final e manifestou expectativa de receber uma emenda com redação adequada.

A manifestação, entretanto, não representa compromisso de aprovação. Até o momento, não há confirmação de que as propostas do FES tenham sido acolhidas pelo relator ou de que exista acordo com o Executivo para reservar recursos à recomposição salarial.

Limites e prioridades

A discussão ocorre em um cenário de pressão sobre as despesas estaduais. Durante a apresentação do orçamento, a Secretaria da Fazenda informou que os gastos com pessoal previstos para 2027 apresentam crescimento de 11% em relação à peça de 2026, enquanto juros e encargos da dívida aumentam 8%.

O crescimento das despesas com pessoal, porém, não corresponde necessariamente à concessão de uma revisão geral anual. A rubrica também contempla outras obrigações, alterações de carreiras e despesas já previstas na estrutura administrativa.

O debate ganhou outro elemento com o alerta preventivo emitido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) sobre os gastos do Executivo com pessoal. Segundo o órgão, o comprometimento chegou a 44,58% da Receita Corrente Líquida, equivalente a 90,98% do limite máximo de 49% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O indicador não significa que o governo tenha ultrapassado o teto legal, mas evidencia a necessidade de avaliar o impacto financeiro de novas medidas remuneratórias. Até agora, não foi apresentada uma estimativa oficial consolidada de quanto custaria atender integralmente às reivindicações encaminhadas pelo FES.

A discussão também envolve as renúncias fiscais previstas para 2027, estimadas em aproximadamente R$ 28 bilhões. Durante a audiência, representantes sindicais e parlamentares questionaram a dimensão dos benefícios tributários e defenderam uma avaliação de seus resultados. A Fazenda argumenta que a retirada dos incentivos não significaria, necessariamente, a recuperação integral dos valores estimados, já que a arrecadação também depende das decisões de investimento e da atividade econômica.

SERVIDORES

Números do debate orçamentário

- **Orçamento estadual para 2027:** R$ 84,6 bilhões.
- **Crescimento em relação a 2026:** 3,67%.
- **Renúncias fiscais previstas:** aproximadamente R$ 28 bilhões.
- **Despesas com pessoal:** crescimento de 11% na comparação com 2026.
- **Gastos com pessoal do Executivo:** 44,58% da Receita Corrente Líquida.

PMs recebem terceira denúncia por tortura no Litoral do Paraná

Dois policiais militares já presos por outros episódios de tortura foram denunciados novamente por sequestro e agressão no Litoral do Paraná

Gabriel Porta
Cascavel



Policiais do Paraná recebem terceira denúncia por tortura e sequestro Divulgação/PM

●Dois policiais militares, de 34 e 42 anos, já presos preventivamente por outros episódios de tortura, foram alvo de uma terceira denúncia do Ministério Público do Paraná (MPPR). A nova acusação envolve o sequestro e a agressão de um homem em Pontal do Paraná, no Litoral do Estado, em junho de 2025. Ao receber a denúncia nesta semana, a Justiça também decretou a prisão preventiva dos agentes no novo processo. A denúncia foi apresentada pelo Núcleo Regional de Paranaguá do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Segundo o Ministério Público, os policiais abordaram a vítima em via pública, sem justificativa legal, e a colocaram no compartimento de transporte de presos da viatura. O episódio ocorreu em 24 de junho de 2025, por volta das 21h, na Rodovia Engenheiro Darci Gomes de Morais, na localidade de Santa Terezinha.

Área de mata

De acordo com a acusação, os policiais levaram o homem até uma área de mata próxima à Avenida Floresta Negra, a cerca de 2,6 quilômetros do local da abordagem. Durante o trajeto, teriam ameaçado matá-lo e atirar contra ele caso não fornecesse informações sobre o tráfico de drogas no município. O Ministério Público afirma que os agentes exigiram detalhes sobre outras pessoas envolvidas na atividade criminosa e as funções desempenhadas pela vítima.

Já na área de mata, o homem teria sido obrigado a permanecer de joelhos enquanto segurava um simulacro de arma de fogo. Conforme a denúncia, um dos policiais desferiu diversos golpes contra ele, enquanto o outro mantinha uma arma de fogo apontada em sua direção. As agressões e ameaças teriam durado aproximadamente 12 minutos. Segundo o MPPR, os policiais também gravaram um vídeo da ação. O episódio foi identificado durante a análise de informações e provas reunidas pelo Gaeco em diligências de uma investigação anterior.

Outros processos

Os dois agentes foram presos durante as investigações da Operação Húbris, deflagrada pelo Gaeco no Litoral do Paraná. Eles já haviam sido denunciados por outros dois episódios de tortura. Com o recebimento da terceira denúncia, a Justiça decretou novamente a prisão preventiva dos policiais, agora também no processo relacionado ao caso de junho de 2025.

Na decisão, foram consideradas a gravidade das condutas atribuídas aos agentes e as circunstâncias em que os crimes teriam ocorrido. Segundo o Judiciário, a acusação aponta, em análise preliminar, possível uso da autoridade, dos equipamentos e da estrutura da função policial para a prática de sequestro e tortura. As três denúncias ainda devem ser analisadas no curso dos respectivos processos judiciais.

Premiada Com disponibilidade de até 98,61%, companhia liderou duas categorias de avaliação nacional; manutenção, monitoramento e prevenção de falhas ajudam a explicar a importância dos resultados

Como a Copel alcançou o melhor desempenho do país na geração e transmissão de energia



A Copel foi reconhecida nacionalmente pela excelência na operação de seus ativos de geração e transmissão de energia elétrica Divulgação/Copel

A companhia conquistou o primeiro lugar nacional na transmissão em corrente alternada pelo segundo ano consecutivo

Cascavel
REDAÇÃO

MANTER uma hidrelétrica disponível para produzir energia durante todo o ano exige mais do que turbinas em funcionamento. A operação depende de manutenção, acompanhamento permanente de centenas de equipamentos e sistemas complexos, além de planejamento para reduzir interrupções. Na transmissão de energia em alta tensão, o desafio é semelhante: assegurar que linhas e subestações permaneçam em condições de transportar eletricidade sem interrupções.

Foi nesse cenário que a Copel alcançou alguns dos melhores indicadores operacionais do setor elétrico brasileiro.

Na transmissão, a rede operada pela companhia paranaense registrou disponibilidade de 98,61%, em 2025. Na geração hidrelétrica, o índice do conjunto das usinas da Copel chegou a 96,9%. Avaliada individualmente, a Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, conhecida como Foz do Areia, alcançou 96,8%. Os números garantiram três troféus à Copel no Prêmio ONS de Qualidade na Operação, entregue em 21 de outubro, no Rio de Janeiro. A empresa ficou em primeiro lugar em transmissão e conquistou as duas primeiras colocações na categoria de geração hidrelétrica.

O que os números mostram

O índice de disponibilidade indica, em termos gerais, a proporção do período em que determinada instalação esteve em condições de operar, conforme os critérios técnicos de cada modalidade. Isso significa que o desempenho não é medido apenas pela quantidade de eletricidade efetivamente produzida, mas também pela capacidade de colocar os equipamentos em funcionamento quando necessário.

No caso das hidrelétricas, uma unidade geradora precisa estar disponível mesmo quando não está produzindo energia, dependendo das condições hidrológicas e das determinações do operador nacional. Por isso, disponibilidade e geração efetivam não são a mesma coisa. Uma usina pode produzir menos eletricidade em determinado período e, ainda assim, apresentar bom desempenho operacional.

Na transmissão, a avaliação considera a disponibilidade das instalações responsáveis pelo transporte da energia em alta tensão das usinas geradoras até os grandes centros de consumo. Falhas em linhas, transformadores e outros equipamentos podem exigir intervenções e reduzir a capacidade de utilização desses ativos. A manutenção preventiva, a supervisão e a resposta rápida às ocorrências são, portanto, componentes importantes da operação.

Operação permanente

A Copel opera uma estrutura de transmissão que reúne aproximadamente 4,5 mil quilômetros de linhas e 45 subestações distribuídas pelo Paraná, Santa Catarina e São Paulo. A supervisão das instalações é realizada a partir do Centro de Operação de Geração e Transmissão, em Curitiba, responsável pelo acompanhamento das condições operacionais e pela coordenação de procedimentos necessários ao funcionamento do sistema.

Na geração hidráulica, o desempenho depende da disponibilidade das unidades geradoras, dos sistemas de controle e proteção e dos equipamentos auxiliares. A Copel opera sete usinas hidrelétricas no Paraná, que somam 4,8 gigawatts de potência instalada, capacidade suficiente para atender mais de 13 milhões de pessoas.

Inspeções, intervenções programadas, manutenção e investimentos em modernização e tecnologia avançada para prevenir desligamentos são atividades fundamentais para preservar as condições de operação das instalações.

O diretor-geral da Copel Geração e Transmissão, Rogério Pereira Jorge, associou o reconhecimento à responsabilidade de manter os padrões operacionais da companhia. "É um reconhecimento que nos enche de orgulho e aumenta ainda mais a nossa responsabilidade. Estar entre os melhores operadores do Brasil e ser referência para o setor eleva ainda mais os padrões de excelência que buscamos diariamente", afirmou.

Dois primeiros lugares

A companhia conquistou o primeiro lugar nacional na transmissão em corrente alternada pelo segundo ano consecutivo. O indicador de 98,61% superou os resultados da Axia Energia Nordeste, com 98,32%, e da Taesa, com 98,26%.

O bicampeonato chama a atenção porque a disponibilidade das instalações precisa ser mantida continuamente. Uma boa classificação em determinado ano não garante a repetição do resultado no período seguinte, especialmente em um sistema sujeito a desgaste de equipamentos, necessidade de manutenção e ocorrências operacionais.

Na geração hidrelétrica, a Copel também liderou a avaliação, com disponibilidade média de 96,9% nas usinas consideradas pelo ONS. A classificação incluiu as hidrelétricas Parigot de Souza, Segredo e Salto Caxias. Foz do Areia apareceu separadamente, por meio da FDA Geração, e conquistou o segundo lugar nacional, com 96,8%. A terceira posição ficou com a Teles Pires Energia, que registrou 96,6%. Assim, a Copel reuniu dois dos três melhores desempenhos na categoria de geração hidráulica, além da liderança na transmissão.

O diretor de Operação e Manutenção da Copel, Gilberto Peixoto dos Santos Filho, que representou a companhia na cerimônia, atribuiu o resultado ao trabalho conjunto das equipes operacionais e de apoio. "O Prêmio ONS é um selo de prestígio perante todos os agentes do setor e coroa a dedicação tanto dos times que estão nas linhas de frente quanto de todas as áreas de suporte. É toda a engrenagem da Copel funcionando, com equipes espetaculares que entregam resultados extraordinários para que todos os clientes sejam atendidos da melhor forma possível", declarou.

EM NÚMEROS

98,61

Na transmissão, a rede operada pela companhia paranaense **registrou disponibilidade de 98,61%, em 2025**

96,9

Na geração hidrelétrica, o índice do conjunto das usinas da Copel **chegou a 96,9%**

4,8

A Copel opera sete usinas hidrelétricas no Paraná, que **somam 4,8 gigawatts de potência instalada**, capacidade suficiente para atender mais de 13 milhões de pessoas

Result
CONSULTORIA EMPRESARIAL
✓ Excelência ✓ Comprometimento ✓ Agilidade
Impulsionando negócios, gerando resultados
Juntos, transformamos desafios em oportunidades e aceleramos seu caminho para o sucesso




AMEXCON
O CENTRO DA VIDA MODERNA NAS TORRES BUSINESS E RESIDENCE
ISTO É
SQUARE
LIFE CENTER
SUPERMERCADO FESTVAL
+ 1.200 VAGAS DE GARAGEM
+ HOTEL MERCURE (4 ESTRELAS)
Conheça todos os diferenciais em:
squarelifecenter.com.br
SR CONSTRUTORA DESDE • 1997
IGUASSU ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
VASTO Engenharia
Fale com seu corretor.
Festval

Velocidade Cascavel de Ouro terá sua 40ª edição neste sábado, no Autódromo Internacional Zilmar Beux

Tradição na pista com a Cascavel de Ouro hoje

A corrida terá um grid de 50 carros e terá três horas de duração

LUCIANO NEVES
Cascavel

• Cascavel tem uma vertente automobilística aguçada. Isso graças ao Autódromo Internacional Zilmar Beux, um dos mais importantes do interior do Brasil. O desafiador circuito já recebeu, na atual temporada, todas as principais categorias do esporte a motor do país. Foram duas etapas da Stock Car, Copa Truck, Fórmula Truck, Marcas Brasil Racing, Nascar Brasil, além de duas etapas do MOTO1000GP, o Campeonato Brasileiro de Motovelocidade. Além é claro das categorias regionais.

Apesar desse imenso fluxo de eventos no autódromo, tem um que é diferente e que praticamente irá fechar o calendário de 2026 na pista. Trata-se da tradicionalíssima Cascavel de Ouro, uma prova nossa, que leva o nome da cidade e que atrai pilotos do Brasil todo.

É uma corrida endurance, com três horas de duração. E, pelo terceiro ano consecutivo, será uma prova noturna. A largada será neste sábado (21), às 19h10. A premiação para o grande vencedor será às 22h30. A prova teve 62 carros inscritos, porém, o grid será formado por 50 carros. "Isso para atender a limitação da pista", explicou Edson Massaro, presidente do Automóvel Clube de Cascavel (ACC) e promotor da prova. Também neste sábado, a programação do evento terá também a Cascavel de Prata, corrida de 120 minutos, mais uma volta, que terá largada às 15h20, um ótimo 'esquenta' para a corrida principal.

Massaro explica ainda que a 40ª edição da Cascavel de Ouro terá uma particularidade. O troféu ao vencedor, ou para a dupla vencedora, presta uma homenagem a Nelson Piquet, tricampeão da Fórmula 1 e um dos principais nomes do Brasil no automobilismo brasileiro. Antes disso, Piquet se bandeou para o oeste paranaense e gravou o seu nome da história da Cascavel de Ouro. Foi o vencedor da edição de 1976. Portanto, esse ano, essa vitória completa 50 anos e isso motivou a organização a homenagear Piquet. Havia uma possibilidade de Nelson Piquet fazer parte do grid da Cascavel de Ouro. "Mas isso não foi possível. No entanto, o filho dele, Nelsinho Piquet, estará na prova. E quem sabe esse sobrenome não volte ao lugar mais alto do pódio depois de 60 anos. E que ele possa levar o troféu ao pai", concluiu Massaro.

Na prova deste sábado, Nelsinho Piquet irá guiar o Ford Fiesta de número 33 ao lado de Rapha Reis. Para quem gosta de coincidências, Nelsinho foi o vencedor da corrida da Stock Car, esse ano, no mês de março.

Tradição

A primeira edição da Cascavel de Ouro foi realizada em 1967. Ou seja, apesar de esta ser a 40ª edição, em alguns anos a prova não foi realizada, a tradicional corrida está prestes a completar 60 anos. A primeira dupla a vencer a corrida foi formada pelos pilotos Rodolfo Scherner e Bruno Castilho. Mas, além de Piquet, a lista de vencedores da Cascavel de Ouro é cheia de nomes de peso. Pedro Muffato venceu a prova três vezes. Mas ninguém tem mais vitórias que Edgar Favarin, que venceu sete vezes. A última em 2018, quando correu com Israel Favarin e David Muffato, filho de Pedro.

Esta será a terceira edição da corrida noturna. A primeira foi em 2024, com vitória de Gustavo Magnabosco e Juninho Berlanda. E na segunda edição, no passado, a vitória foi da dupla formada pelos pilotos Rafael Decker e Marlon Bastos. Eles superaram um desafio insano, já que a prova, realizada no dia 1º de novembro, ocorreu sob forte chuva durante as três horas.

Bicampeonato

A Cascavel de Ouro, por si só, é uma prova cheia de variáveis por conta das trocas de pilotos e também pelo tempo em que as máquinas ficam na pista. Mas em 2025, a dupla formada por Rafael Decker e Marlon Bastos contornou todas as adversidades, que se mostraram ainda maiores por conta da chuva, e venceram a corrida. Agora, a meta é conduzir o carro de número 222 à mais uma vitória. Decker reconhece que a defesa do título não é uma tarefa das mais fáceis. "A gente entra numa competição com a expectativa de ganhar. Mas é uma corrida cheia de variáveis, uma prova longa, tem a estratégia, é preciso ter um pouco de sorte também e tem muita coisa para acontecer. Claro que a gente vem com essa expectativa de vencer. Mas não estamos com esse peso, com essa responsabilidade, de sermos os atuais vencedores. Não mudou nada pra nós", disse Decker.



Grid cheio na 40ª edição da Cascavel de Ouro Organização da prova



Vencedor no ano passado, Rafael Decker mostra o carro de número 222 Luciano Neves / GP



Brasileirão Líder do campeonato com 79 pontos, Rubro-Negro faz um confronto direto com o Palmeiras, em São Paulo, pelo Brasileirão

Flamengo pode levantar a taça neste sábado

O Flamengo só precisa de um empate para comemorar o título com duas rodadas de antecedência



No confronto do primeiro turno, o Palmeiras derrotou o Flamengo no Rio de Janeiro Cesar Greco

GAZETA ESPORTIVA
São Paulo

• O grande campeão do Campeonato Brasileiro de 2026 pode ser definido neste sábado (21). A antepenúltima rodada tem um confronto direto entre Palmeiras e Flamengo em jogo que promete ser quente, válido pela 36ª e antepenúltima rodada. A bola rola no gramado do Nubank Parque, em São Paulo (SP), às 16h30 (de Brasília). O Palmeiras chega para a partida precisando dar uma resposta à sua torcida em seu último jogo em casa antes da final da Copa Libertadores. O time comandado por Abel Ferreira perdeu do Cruzeiro, de virada, por 2 a 1, na última rodada, no Mineirão, sofrendo sua segunda derrota seguida na temporada. A última havia sido contra o Vasco, pela semifinal da Copa do Brasil, jogo em que o Verdão saiu classificado após bater o rival nos pênaltis.

Com o revés em Belo Horizonte, o Palmeiras viu o Flamengo abrir vantagem na liderança do Brasileirão a três rodadas do fim.

Disputando apenas o Campeonato Brasileiro, o Flamengo deve seguir com força máxima para o jogo que pode decidir o campeonato, em caso de vitória ou empate do time carioca. Do outro lado, Abel Ferreira jogou a toalha pelo título, mas deixou em aberto se poupará ou não seus titulares.

Pé no chão

O Flamengo divulgou uma nota oficial para reforçar o foco na reta final do Campeonato Brasileiro. Após vencer o Athletico-PR por 2 a 1, na última quarta-feira, no Maracanã, o Rubro-Negro ficou a um empate de conquistar o título nacional, que pode ser confirmado já neste sábado, diante do Palmeiras.

No comunicado, o clube explicou que passou a receber questionamentos sobre possíveis comemorações, premiação e entrega do troféu. Apesar da proximidade da conquista, a diretoria ressaltou que a equipe seguirá concentrada nos compromissos restantes da competição. "É importante reforçar que restam três rodadas e que o foco da presidência, da diretoria de futebol, da comissão técnica e dos jogadores está inteiramente voltado para esses compromissos", destacou o Flamengo.

O clube também afirmou que pretende manter a mesma postura até o encerramento do campeonato, independentemente da expectativa criada pela vantagem na classificação.

NÚMERO
79
O Flamengo lidera o Brasileirão com 79 pontos, seis de vantagem para o vice-líder Palmeiras. Por isso, **só precisa de um empate para o título antecipado**

Quase campeão

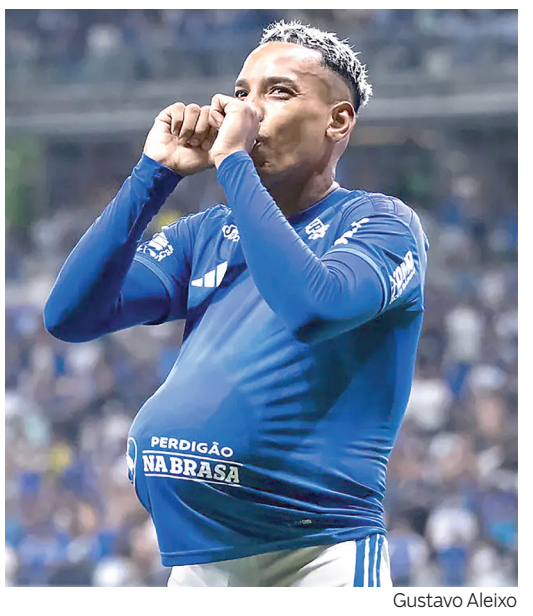
O Flamengo lidera o Campeonato Brasileiro com 79 pontos, seis a mais que o Palmeiras, segundo colocado, com 73. Uma vitória ou um empate garante matematicamente o título ao Flamengo, com duas rodadas de antecedência. Em caso de empate, o time carioca chegará aos 80 pontos, contra 74 do Palmeiras. Mesmo que o adversário vença seus dois compromissos seguintes e iguale a pontuação, não conseguirá ultrapassar o Flamengo no número de vitórias, primeiro critério de desempate do Brasileirão. Isso porque o Rubro-Negro soma 24 triunfos, enquanto o Palmeiras tem 21. Com a igualdade no confronto direto, o Verdão poderá chegar, no máximo, a 23 vitórias.

Por outro lado, se o Palmeiras vencer o Flamengo, a disputa pelo título continuará aberta. O time paulista chegará aos 76 pontos, três a menos que o líder, e ainda poderá alcançar 82. Nesse cenário, o Flamengo precisará conquistar mais pontos nas duas rodadas finais para assegurar a taça, sem depender de outros resultados.

Após o confronto direto, o Rubro-Negro terá pela frente dois adversários que lutam contra o rebaixamento: o Coritiba, fora de casa, e a Chapecoense, no Maracanã.

Tabu

Para evitar o título antecipado do Flamengo, o Palmeiras precisa encerrar um jejum de nove anos sem vencer os cariocas em casa pela competição. Desde o Brasileirão de 2017, quando venceu o Flamengo por 2 a 0, no então Allianz Parque, com dois gols de Deyverson, pela 34ª rodada, o Palmeiras não voltou a derrotar o rival como mandante pelo torneio nacional. Nas oito partidas seguintes, foram cinco empates e três vitórias rubro-negras. A última vitória palmeirense sobre o Flamengo em casa nesse período aconteceu pela Copa do Brasil de 2024. Na ocasião, o Verdão venceu por 1 a 0, no jogo de volta das oitavas de final. No entanto, como havia perdido a partida de ida por 2 a 0, acabou eliminado da competição.



Gustavo Aleixo

BRASILEIRÃO

Rodada tem mais dois jogos neste sábado

•A antepenúltima rodada do Campeonato Brasileiro terá mais dois jogos neste sábado (21). O Cruzeiro, garantido na próxima Libertadores e terceiro colocado na tabela com 63 pontos, joga contra a rebaixada Chapecoense às 21 horas, na Arena Condá. No meio de semana, o Cabuloso venceu o Palmeiras por 2 a 1 de virada. A Chape sofreu mais uma derrota, a 22ª em 35 jogos, e foi superada pelo Remo por 2 a 0. A equipe catarinense cumpre tabela nas últimas rodadas e irá se despedir da Série A do Brasileiro. No outro jogo, o Bahia recebe o Coritiba, às 17h30, na Arena Fonte Nova. O Tricolor de Aço vem de um empate sem gols com o Grêmio fora de casa. E quer a vitória para se aproximar ainda mais da próxima Libertadores. O Bahia é o sexto colocado com 54 pontos, três de vantagem sobre o Galo, que tem 51. Já o Coritiba foi derrotado pelo Santos por 1 a 0, em casa. E está bem preocupado com o risco de rebaixamento. É o 13º colocado com 42 pontos.



FPF

COPA PARANÁ

Gralha e Furacão fazem o jogo de volta hoje

•O grande campeão da Copa Paraná de 2026 será definido neste sábado (21). Paraná Clube e Athletico-PR fazem a partida de volta da decisão às 15h30, na Vila Capanema. No jogo de ida da final, na última segunda-feira, o Furacão venceu por 1 a 0, na Arena da Baixada, e agora tem a vantagem de jogar pelo empate para ser campeão. O resultado encerrou uma sequência de 24 partida de invencibilidade do Paraná Clube. A Gralha Tricolor, que é comandada pelo técnico Tcheco, terá que reverter a situação para conquistar o título. Necessita de uma vitória por dois gols de diferença ou precisa vencer por um gol para forçar uma disputa de pênaltis. Nesta temporada, o Paraná Clube fez a final da segunda divisão do Paranaense e ficou com o vice-campeonato ao ser derrotado pelo Paranavaí nos pênaltis. Com isso, o time está de volta à elite estadual em 2027.

F1 chega a Las Vegas com cinco pilotos na disputa pelo vice

Gazeta Esportiva
São Paulo

• Com os títulos de pilotos e de construtores já garantidos por Kimi Antonelli e pela Mercedes, cinco pilotos disputarão, neste fim de semana, o segundo lugar no Mundial de Fórmula 1, no Grande Prêmio de Las Vegas. A chamada 'Cidade do Pecado' receberá a antepenúltima das 23 etapas da temporada, em um circuito urbano noturno que passa pelos principais hotéis e cassinos da cidade.

O Grande Prêmio será encerrado neste sábado (21), seguindo o fuso horário da costa oeste dos Estados Unidos. "A dobradinha no Mundial representa um sucesso incrível", comemorou o diretor-geral da Mercedes, Toto Wolff, em um comunicado divulgado. Mas "é preciso voltar ao trabalho com um objetivo muito claro: ajudar George (Russell) a terminar o campeonato na posição mais alta possível e encerrar o ano com esse embalo", acrescentou.

O dirigente austríaco se referiu ao piloto britânico, que teve uma temporada de altos e baixos, companheiro de equipe do prodígio italiano Antonelli, o campeão mundial mais jovem da história da F1. Russell venceu apenas três Grandes Prêmios nesta temporada. Ele começou o ano como um dos favoritos, mas acabou ofuscado.

O britânico ocupa a terceira colocação na classificação, com 262 pontos, apenas um ponto à frente de seu compatriota Lewis Hamilton (Ferrari) e 17 atrás do holandês Max Verstappen (Red Bull), que vem protagonizando uma reta final de temporada espetacular.

NÚMERO
23
A chamada 'Cidade do Pecado' receberá a antepenúltima das 23 etapas da temporada, em **um circuito urbano noturno** que passa pelos principais hotéis e cassinos da cidade



Russel luta pelo vice na F1 Hector Retamal

Cinco pilotos ainda têm chances de conquistar o vice-campeonato mundial. Verstappen e Hamilton, que somam 11 títulos mundiais, porém, já deixaram claro que não consideram a segunda colocação uma prioridade.

O monegasco Charles Leclerc, da Ferrari, com 249 pontos, e o britânico Lando Norris, da McLaren, com 246, também estão na disputa pelo vice-campeonato. Norris conquistou o título mundial em 2025. Independentemente do que aconteça em Las Vegas, os cinco continuarão a briga pela segunda posição nas duas últimas etapas, no Catar e em Abu Dhabi, que serão realizadas nos fins de semana de 27 a 29 de novembro e de 4 a 6 de dezembro.

Las Vegas, templo mundial dos jogos de azar e do entretenimento, é o palco do terceiro Grande Prêmio do ano nos Estados Unidos, depois de Miami e Austin. As temperaturas podem ser as mais baixas da temporada na noite fria do deserto de Nevada, o que representa um desafio na hora de aquecer os pneus.

LOS ANGELES

Lima terá 28 esportes no caminho para 2028

•Vinte e oito modalidades esportivas terão uma via de classificação para os Jogos Olímpicos de Los Angeles 2028 por meio dos Jogos Pan-Americanos de Lima 2027, informou a Panam Sports. Entre 23 de julho e 8 de agosto de 2027, a capital do Peru sediará a vigésima edição do evento continental. Segundo o sistema de classificação, 19 modalidades concederão vagas diretas para as Olimpíadas, "enquanto as outras nove contarão pontos ou marcas mínimas que ajudarão os atletas a conquistar sua classificação", destacou, em comunicado, a entidade que reúne os Comitês Olímpicos dos países das Américas. As classificações diretas estarão em jogo nas seguintes modalidades: saltos ornamentais e polo aquático, handebol, escalada, hipismo, ginástica de trampolim, hóquei, pentatlo moderno, triatlo, tiro esportivo, squash, tiro com arco, tênis, tênis de mesa, remo coastal (remo costeiro), surfe e vela. Na categoria de classificação por pontos ou marcas, estão a natação, o atletismo, o badminton, o ciclismo e o taekwondo. Lima receberá 7.000 atletas de 41 países, que competirão em 38 esportes e 59 modalidades. A cidade se tornará a terceira a sediar os Jogos Pan-Americanos mais de uma vez, juntando-se à Cidade do México (1955 e 1975) e à canadense Winnipeg (1967 e 1999). A metrópole peruana, com 10 milhões de habitantes, que já havia organizado o evento em 2019, foi escolhida em 2024, após a cidade colombiana de Barranquilla perder o direito de sediar os Jogos devido ao descumprimento de cláusulas contratuais.

Galo encara o Boca na final da Sul-Americana

Da redação
Com agências

• O Brasil tenta retomar o protagonismo na Copa Sul-Americana com o Atlético-MG, finalista na edição deste ano. O Galo enfrenta o Boca Juniors às 19h30, em Barranquilla, na Colômbia. O último representante brasileiro a vencer a segunda maior competição de clubes do continente foi o Athletico-PR, em 2021, numa final brasileira com o Bragantino.

No ano seguinte, o São Paulo foi derrotado pelo Independiente del Valle do Equador. Já em 2023, o Fortaleza perdeu o título para a LDU, nos pênaltis. Em 2024, o Cruzeiro sucumbiu diante do Racing da Argentina. E no ano passado, o Atlético-MG também amargou a perda da 'Sula' para outro argentino. Foi superado pelo Lanús por 5 a 4, nas penalidades, após empate sem gols no tempo normal.

Treinador

E para ser campeão da Copa Sul-Americana pela primeira vez e garantir presença na fase de grupos da Libertadores da América do ano que vem, o Galo conta com um treinador argentino. Rapidez e poucos passes para chegar ao ataque, defesa compacta: com seu estilo conhecido como 'Barbabol', Eduardo Domínguez está perto de conquistar o título da Sul-Americana à frente do Atlético-MG, equipe que transformou desde sua chegada este ano.



'Barbabol', comandante do Galo
Eitan Abramovich

O adversário do clube brasileiro na final de sábado, em Barranquilla, na Colômbia, será um velho conhecido do técnico: o Boca Juniors, clube onde seu sogro, Carlos Bianchi, fez história ao conquistar três Libertadores.

Domínguez, nascido na cidade argentina de Lanús em 1º de setembro de 1978, é casado com Brenda Bianchi, filha do lendário técnico argentino, com quem tem dois filhos. Mas o futebol já fazia parte da vida na família Domínguez muito antes disso: tanto Eduardo quanto seu irmão, Federico, foram jogadores de elite, com trajetórias consolidadas na Argentina e passagens pelo exterior. Eduardo atuou por clubes como Racing, Independiente e o colombiano Independiente Medellín.

Publicidade Legal













PARA COMEÇAR O DIA



Tânia Moreno Camargo
taniamorenocamargo@hotmail.com

Sejamos Sol

● 'Estarmos em sintonia plena com as energias criadoras do universo, traz-nos coragem e ânimo e nos incentiva, inclusive naqueles instantes máximos de fraqueza, quando nos vemos envoltos em densas nuvens de medo e conformismo. Buscarmos clareza dentro de nós, de forma pura e inteligente, é um caminho a seguirmos. Certamente, não vamos mudar o mundo com nossas pequenas e isoladas atitudes, mas iremos melhorar a vida daqueles que têm a boa sorte de conviver ao lado de seres sensíveis de transparência abundante, calor humano e generosidade a flor da pele, verdadeiros sóis da humanidade.

Mantermos uma atitude séria, justa e íntegra, coloca-nos em destaque como pessoas luminosas que somos. Independentemente dos desafios que nos confrontam a todo momento, ao preservarmos a nitidez mental e a leveza de ser, temos coragem e segurança pra avançarmos mesmo quando o caminho é desconhecido. Despertarmos a cada manhã com energia abundante é um comportamento a ser construído, aprimorado e fortalecido com pequenas atitudes proativas. Isso se inicia no sincero reconhecimento das dádivas de um despertar sadio, da força magnífica que nos move, do desejo de recomeçarmos sempre e da gratidão pela nova oportunidade que se abre nesse novo dia.

O mais urgente hoje é não ficarmos caminhando em círculos, fugindo dos obstáculos que possam surgir em nosso caminho, nem nos omitirmos de tomar ações. Pre-



Divulgação

cisamos colocar maior entusiasmo em todas as decisões, com humildade e sinceridade acima de qualquer outro sentimento. Sejamos justos, sensatos e, principalmente, leais, buscando toda esta imensa força que possuímos, poderosa e inabalável como o amanhecer de um dia esplêndido, irradiando luz, calor, acolhimento e beleza que se espalha, ilumina e encanta como seres radiantes, resplandecentes e únicos que somos.

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

21 Sáb — 21° 27° — 10.2mm — Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

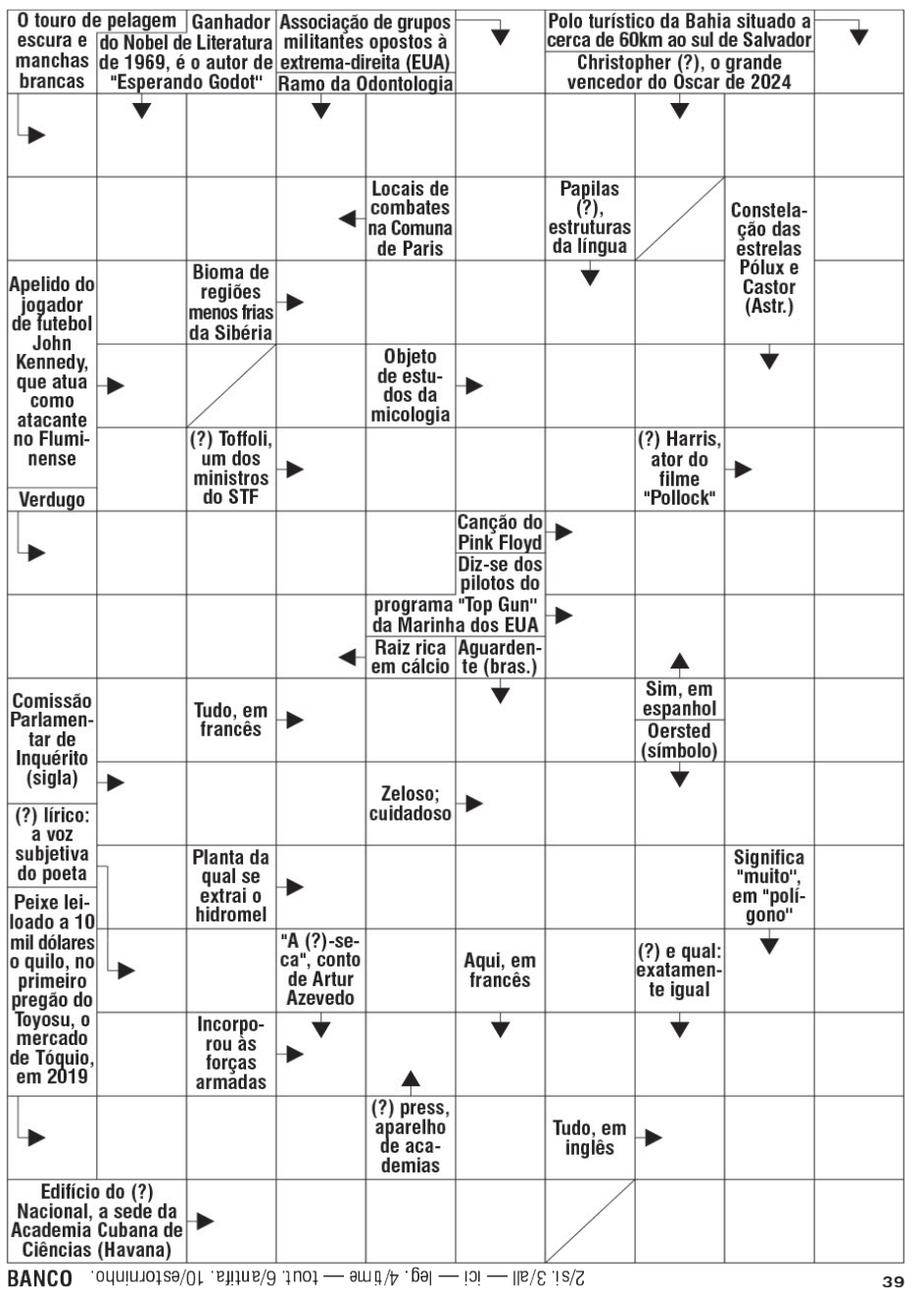
Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
21° 27°	23° 30°	10.2mm 92% de chance	82% 100%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↘ NNW - 7km/h	↘ NNW - 38km/h	05:37h às 19:02h	Crescente

22 Dom — 21° 24° — 23.9mm — Nublado com chuva forte durante o dia. À noite, chuva diminui de intensidade, mas não para

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
21° 24°	23° 27°	23.9mm 90% de chance	91% 99%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↓ N - 8km/h	↓ N - 43km/h	05:36h às 19:02h	Crescente

CRUZADAS



BANCO 2/si. 3/all — ici — leg. 4/time — tout. 6/antiga. 10/estorninho.

39



Solução

O	I	L	T	O	P	A	C							
L	A	L		C		M	U	T	A					
U	T	O	S	I	L	A		T						
P	A		A		E		E	U						
	E	S	O	V	A	G	A		K					
S	O		C	I	O	S	P	I	C					
Ã	O		T	U	O	T		E						
O	B	A	N			A	S	E	S					
A	L	G	O	Z		T	I	M	E					
	E		D	I	A	S		E	D					
	U	R	S	O		F	U	N	G	O				
	M			T	A	I	G	A		R				
S	A	U	R		T		O	L		R				
E	S	T	O	R	N	I	N	H	O					
M				A										

EXTINTORES ALIANÇA

Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.

Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral

CEP: 85.807-540

CASCAVEL- PR

Fone: (45) 3039-0015/3039-0114



GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

PLASTIVEL
Indústria de Plásticos Cascavel LTDA
EMBALAGENS
www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
BR 277 -km 596 - CASCAVEL - PARANÁ

COMPRE 4
LEVE 5
Modelo: 435/436/285/278 - NOVO
Cada toner por R$ 39,00
5 toners por
R$ 195,00*



*Promoção válida ate 28/02/23 ou até o termino do estoque. Para pagamento à vista.

ARTIPRINT
Rua General Osório, 2475.
Parque São Paulo, Cascavel-PR
45 9 9929-2660
45 3096-8200
artiprint.cartuchos.toners

Opinião

CASCAVEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

Editora Okavango LTDA
CNPJ 39.583.156/0001-88

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

** Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da **Gazeta do Paraná***

Editorial

O consumo da urgência

• A aproximação da Black Friday, marcada neste ano para 27 de novembro, coloca novamente o comércio diante de uma de suas maiores oportunidades de faturamento. Vitrines anunciam descontos, plataformas digitais disparam notificações e consumidores são bombardeados por ofertas que prometem desaparecer em poucas horas. Mais do que uma estratégia comercial, a data evidencia um fenômeno característico da sociedade contemporânea: a transformação do consumo em uma experiência permanente de urgência.

O mecanismo é relativamente simples. Produtos que até ontem não despertavam qualquer interesse passam a parecer indispensáveis quando acompanhados de um cronômetro regressivo ou da informação de que restam poucas unidades disponíveis. A decisão de compra deixa de ser orientada exclusivamente pela necessidade ou pela capacidade financeira e passa a responder ao medo de perder uma oportunidade. Não se vende apenas uma mercadoria, mas a sensação de que adiar a compra significa sair perdendo.

Essa lógica ultrapassa os limites da Black Friday. Ao longo de todo o ano, campanhas publicitárias exploram a escassez, a exclusividade e a recompensa imediata. Algoritmos identificam preferências, acompanham comportamentos e apresentam produtos no momento em que o consumidor demonstra maior disposição para comprar. O resultado é um ambiente comercial no qual a reflexão se torna um obstáculo a ser superado, enquanto a impulsividade é estimulada como virtude.

Há uma contradição evidente nesse modelo. O desenvolvimento tecnológico deveria ampliar a autonomia dos consumidores, oferecendo informações, comparações de preços e possibilidades de escolha. Entretanto, parte dessas ferramentas passou a ser utilizada justamente para reduzir o tempo disponível para decidir. A facilidade de comprar com poucos cliques convive com mecanismos sofisticados de persuasão, capazes de transformar uma necessidade eventual em desejo imediato.

O problema ganha dimensão social quando encontra uma população submetida a restrições orçamentárias. Para muitas famílias brasileiras, o parcelamento deixou de ser apenas uma facilidade comercial e tornou-se condição para adquirir bens de consumo. Nesse contexto, a promessa de economia pode representar o início de um compromisso financeiro prolongado. O desconto anunciado hoje não elimina as parcelas que comprometerão a renda dos próximos meses.

Isso não significa condenar o consumo ou ignorar a importância das promoções para o comércio e para os próprios consumidores. Descontos reais podem permitir a aquisição de produtos necessários por preços mais acessíveis. O que merece questionamento é a construção artificial de uma urgência que dificulta escolhas conscientes e transforma a capacidade de resistir à compra em uma batalha individual contra estratégias comerciais cuidadosamente planejadas.

Também é preciso reconhecer que o consumo passou a ocupar um espaço simbólico cada vez maior nas relações sociais. Comprar não significa apenas adquirir algo útil. Frequentemente, representa pertencimento, reconhecimento e a promessa de satisfação pessoal. A publicidade explora essas expectativas ao associar produtos à felicidade, ao sucesso e à realização individual. Quando a recompensa prometida se esgota, uma nova oferta aparece para alimentar o mesmo ciclo.

Nesse cenário, a educação financeira é necessária, mas insuficiente. Não basta responsabilizar o consumidor por decisões impulsivas enquanto o mercado investe continuamente em mecanismos destinados a provocá-las. Transparência nos preços, fiscalização de práticas enganosas e limites à publicidade abusiva são instrumentos fundamentais para equilibrar uma relação marcada por profundas diferenças de informação e poder econômico.

A Black Friday deveria ser uma oportunidade de comprar melhor, não uma convocação para comprar a qualquer custo. O verdadeiro benefício de uma promoção não está no percentual estampado na propaganda, mas na relação entre preço, necessidade e possibilidade de pagamento. Uma mercadoria desnecessária não se transforma em economia apenas porque está mais barata.

Em uma sociedade que aprendeu a confundir velocidade com eficiência e aquisição com realização, talvez o gesto mais importante diante de uma oferta seja justamente aquele que a publicidade procura impedir: esperar. Recuperar o direito de pensar antes de consumir é também recuperar uma parcela da autonomia que a urgência fabricada insiste em retirar.

A ameaça silenciosa dos agrotóxicos e a proteção de crianças e adolescentes

Guilherme
AMORIM CAMPOS DA SILVA

**Advogado, doutor em Direito do Estado, professor dos cursos de mestrado e doutorado da FADISP*

Victor Hugo
ALMEIDA VIANA ARAÚJO

**Estudante de Direito e estagiário na área do contencioso administrativo*

Em um dia comum no campo, crianças correm pelo milharal e perseguem com os olhos o avião que cruza o céu, mas, de repente, uma garoa fina cai sobre elas. O que seria mais um dia de brincadeira e de escola transforma-se, para muitas famílias, em um pesadelo.

Famílias que deixam a dura vida urbana em busca de qualidade de vida na zona rural são, muitas vezes, surpreendidas pelos efeitos da pulverização aérea sobre suas casas, escolas e lavouras. Crianças que trabalham no campo, que acompanham os pais no serviço, que estudam nas proximidades ou que ainda estão no ventre materno são atingidas por substâncias cujos danos podem ser irreversíveis, uma consequência agravada pela utilização desinformada, abusiva e indiscriminada dos agrotóxicos.

O terreno onde antes havia flores e era enriquecido com as brincadeiras e risadas das crianças torna-se estéril, e a liberdade de brincar e desfrutar da natureza é restringida pela química dispersa no ar. Pelas lentes humanas, a cena é trágica, pelo olhar jurídico, revela-se uma série de violações ao texto constitucional.

A Constituição Federal de 1988 destaca a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental (art. 1º, III) e assegura a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, caput). Por sua, vez, o art. 196 assegura a todos a saúde como direito social, a ser garantida por políticas que visem à redução do risco de doenças à população.

Não é apenas a saúde que é assegurada pelo ordenamento jurídico. O art. 225 da Constituição assegura o meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbindo ao Poder Público controlar o emprego de substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente. Sobre esse alicerce, o art. 227 consagra que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida e à saúde, colocando-os a salvo de toda forma de negligência.

Sob a ótica infraconstitucional, faz-se imprescindível mencionar o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069/1990), o qual concretiza essa estrutura protetiva ao garantir o direito à vida e à saúde mediante políticas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso da criança e do adolescente, bem como ao estabelecer que é dever de todos prevenir a ameaça ou a violação desses direitos.

Além disso, a nova lei 15.512/26, conhecida como ECA Ambiental, reforça esses regramentos fundamentais. Sob esse viés, o art. 2º dispõe que "a criança e o adolescente têm direito à natureza, o qual deverá ser efetivado com absoluta prioridade", direito que abrange o acesso a áreas naturais saudáveis e ecologicamente equilibradas e o brincar livre em contato com a natureza. A absoluta prioridade, vinculada ao art. 4º do ECA, que passou a incluir expressamente a natureza no rol de direitos, deve orientar as decisões públicas e privadas com impacto socioambiental, compreendendo a proteção em situações de risco socioambiental e a reparação em caso de violação. A lei confere, ainda, prioridade à primeira infância e às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, situação que coincide com a grande parte das famílias rurais expostas à deriva de agrotóxicos.

Sob tal ótica, a pulverização que atinge escolas, moradias e áreas de lazer, além de representar um risco sanitário, também é uma expressa afronta ao ordenamento jurídico que disciplina o direito à saúde e à natureza, bem como os deveres da sociedade e do Estado para com a população, em especial, a que vive nas áreas rurais. Não há brincar livre em terreno contaminado, nem área natural saudável sob uma nuvem de veneno. A decisão de pulverizar é, por excelência, uma decisão privada com impacto socioambiental, que deve submeter-se ao filtro da absoluta prioridade.

Apesar do robusto arcabouço normativo, o problema persiste e continua a prejudicar a vida das crianças, que são o futuro do país. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Em 2021, foram utilizadas cerca de 719 mil toneladas, volume superior à soma de Estados Unidos e China. A consequência disso é mostrada pelos dados do Ministério da Saúde. Em 2025, o Brasil viveu o pior ano em intoxicações por agrotóxicos. Conforme analisado pelo Repórter Brasil2, trata-se de uma taxa 84% maior de casos registrados em comparação a 2015 e, nesta estatística, um quarto das vítimas foram crianças de 1 a 4 anos, a segunda faixa etária com mais casos registrados.

Desse modo, é imprescindível que a sociedade civil continue pautando o tema, cobrando do Estado fiscalização efetiva com restrições à pulverização próxima a escolas e moradias, e do setor produtivo a reparação dos danos causados.

O assunto é de extrema importância e foi examinado com profundidade no Relatório "Exposição silenciosa: Os impactos dos agrotóxicos na saúde e nos direitos das crianças no Brasil", publicado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e pela DKA Áustria, que trata das formas de propagação dos agrotóxicos, de seus impactos sobre grupos vulneráveis, dos riscos da exposição de crianças e adolescentes e das recomendações necessárias que precisam ser observadas no contexto atual. Dar luz a essa exposição é mais um passo importante para devolver às crianças do campo o céu como lugar de sonho, e não de ameaça.



Política & CIA

Passaralho na Massa

A REDE MASSA, grupo de comunicação pertencente ao apresentador Ratinho, pai do governador Ratinho Junior (PSD), promoveu uma onda de demissões que atingiu emissoras de diferentes regiões do Paraná. Pelo menos 20 profissionais foram desligados, segundo informações divulgadas pela coluna Outro Canal, da Folha de S.Paulo, e confirmadas pelo Notícias da TV. Os cortes chegaram a Curitiba, Maringá, Ponta Grossa e Francisco Beltrão, acompanhados do encerramento de telejornais regionais. Em Maringá, saiu do ar o Primeiro Impacto, apresentado por William Souza. Em Ponta Grossa, foi encerrado o Destaque, programa mais antigo da emissora local. O TV Pop também revelou a suspensão por tempo indeterminado do Massa Prêmios, título de capitalização comercializado pelo grupo.

Conta política
Nos bastidores, a crise financeira da Rede Massa também ganhou contornos políticos. Conforme informações publicadas pela Folha e repercutidas pelo Notícias da TV, funcionários apontam a redução de contratos publicitários envolvendo recursos públicos entre os fatores que contribuíram para as dificuldades. A derrota de Flávio Bolsonaro (PL), apoiado por Ratinho na eleição presidencial, e a aproximação do fim do governo Ratinho Junior também aparecem nas avaliações sobre o cenário da empresa. Não há, entretanto, demonstração de relação direta entre esses acontecimentos e cada demissão. O grupo ainda não havia apresentado esclarecimentos públicos sobre os cortes até a publicação das reportagens.

Direita dividida
O deputado federal eleito Paulo Martins (Novo-PR) entrou oficialmente na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados, que será realizada em fevereiro de 2027. Ex-vice-prefeito de Curitiba, Martins foi lançado pelo Novo na quarta-feira (18) como alternativa à recondução de Hugo Motta (Republicanos-PB). A candidatura tem o apoio público do ex-deputado Deltan Dallagnol e aposta no discurso de recuperação da autonomia do Legislativo diante do Executivo e do Supremo Tribunal Federal. O desafio, porém, é considerável: Motta já reúne o apoio declarado de 15 partidos, que somam 361 deputados eleitos. Martins sustenta que as candidaturas da direita poderão convergir no momento da votação.

Portas abertas
A disputa pelo comando da Câmara também expôs divergências no PL. O deputado Nikolas Ferreira (MG) ameaçou deixar a legenda caso ela apoie a reeleição de Hugo Motta. Diante da insatisfação, o presidente do Novo em Minas Gerais, Christopher Laguna, declarou ao Metrópoles que Nikolas seria bem-vindo ao partido, embora tenha reconhecido que ainda não houve negociação sobre filiação. O episódio revela uma disputa que ultrapassa a eleição da Mesa Diretora: o Novo tenta ampliar seu espaço na direita, enquanto o PL precisa decidir entre preservar a independência política e participar do bloco que deverá comandar a Câmara. A possibilidade de uma mudança partidária permanece, por enquanto, apenas no campo das declarações.

Slogan na mira
O Ministério Público do Paraná recomendou à Prefeitura de Paranaguá a retirada dos adesivos com a expressão "Transporte para Todos" dos ônibus municipais. A denominação, adotada em substituição a "Tarifa Zero", chamou a atenção pela semelhança com o nome da coligação "A Paranaguá de Todos", que elegeu o prefeito Adriano Ramos (Republicanos) em 2024. Segundo o JB Litoral, a 4ª Promotoria de Justiça considerou insuficientes os esclarecimentos apresentados pela administração municipal para demonstrar que a expressão possui finalidade exclusivamente informativa. A recomendação foi reiterada na segunda-feira (16), com prazo de 15 dias para resposta. O questionamento envolve o princípio constitucional da impessoalidade e a possível utilização de publicidade institucional para promoção política.

Ministério da gratidão
O presidente Lula confirmou que pretende criar um ministério dedicado às pessoas idosas no quarto mandato. O anúncio ocorreu na quinta-feira (19), durante agenda no Palácio do Planalto, quando o petista associou a iniciativa à necessidade de valorizar essa parcela da população e agradeceu sua participação na campanha eleitoral. A nova pasta, cujo nome definitivo ainda não foi escolhido, deverá integrar a reorganização administrativa prevista para 2027. Lula também aproveitou a ocasião para mandar um recado aos interessados em ocupar cargos na Esplanada: as nomeações serão decididas por ele, sem antecipações pela imprensa. A proposta ainda depende de definição sobre estrutura, competências e recursos.

Pressão à esquerda
O ajuste fiscal defendido pelo governo Lula também enfrenta resistência de organizações de esquerda. Em Curitiba, movimentos sociais convocaram para quinta-feira (19) uma manifestação na Praça Santos Andrade contra as medidas econômicas e as pressões do mercado financeiro. A mobilização, divulgada pelo Plural e pelo Brasil de Fato, reuniu em sua convocação críticas às políticas de austeridade e reivindicações por maior investimento público. O movimento evidencia uma dificuldade política para o presidente reeleito: conciliar o compromisso com o equilíbrio das contas públicas e as expectativas de setores que defendem a ampliação dos gastos sociais. Lula, por sua vez, assegurou que o ajuste não implicará redução dos direitos conquistados pela população.

Mudança de endereço
A Procuradoria-Geral da República manifestou-se favoravelmente ao pedido de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, para deixar Brasília e passar a residir em Niterói, no Rio de Janeiro. O parecer, assinado por Paulo Gonet, foi encaminhado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. A defesa argumenta que a permanência na capital federal se tornou financeiramente onerosa depois da passagem do militar para a reserva do Exército. Cid pretende morar com o pai, o general Mauro Lorena Cid. Os advogados também solicitam o reconhecimento do cumprimento integral da pena, mas o parecer favorável da PGR trata exclusivamente da mudança de endereço. A decisão caberá ao STF.

Cidinha Marcon



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana



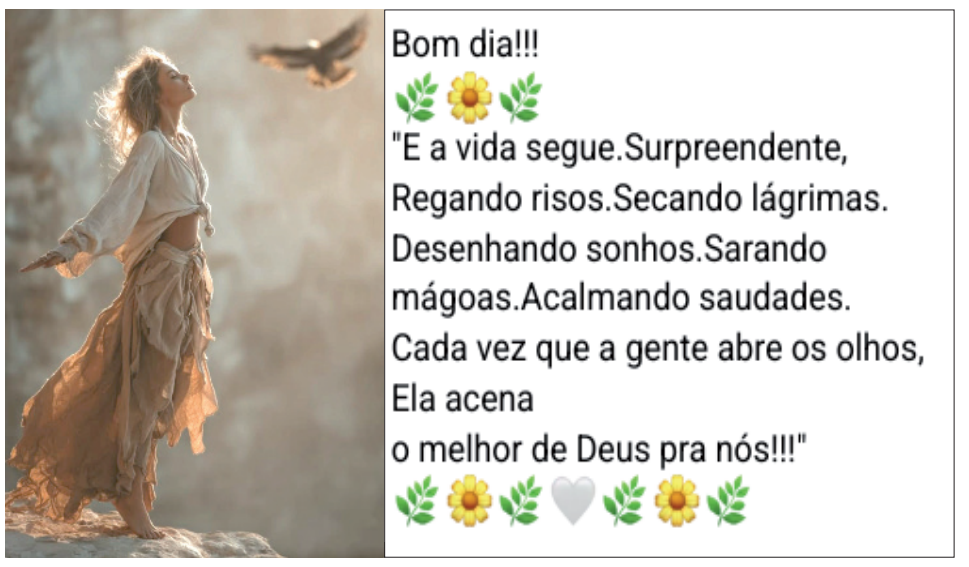


O EMPRESÁRIO Leonardo dos Anjos, diretor da festejada franquia da família Anjos Colchões & Sofás, em uma viagem de trabalho na Espanha, levou a namorada Cindy Mancini. Aproveitando o cenário, pediu a bonita em casamento e naturalmente foi aceito, no melhor estilo, o amor é lindo! *Arquivo pessoal*



MARIZA e SERGIO BERGAMINI em festa de casamento de amigos na temporada *Arquivo pessoal*

•Reflexão
Eu te desejo os dias mais bonitos, sol aquecendo a janela, flor desabrochando, mas se a chuva vier, que não lhe falte abrigo, nem abraço, nem cobertor e, se lhe faltar, que você arranque seus sapatos e se ponha a dançar. Que você gaste tempo com o que lhe toca a alma, namore as horas, devolva estrelas ao mar. Que as dores do passado sejam pontes para o seu autoconhecimento, ferimento que já não sangra... Eu desejo que você se permita um cuidado, um carinho qualquer. Que você seja a sua melhor companhia, toda vez que se sentir só. Que você escute mais, abrace mais, declare mais seu amor. Que você se debruce mais sobre a vida e enxergue a beleza escondida na simplicidade. Porque nada levamos, senão as alegrias colhidas. Nada deixamos, senão a lembrança boa nos corações que floreamos. Amém!



Charles Garbin



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana

pada
@padariagarbin



Saudade Não Tem Idade

Prefeito José Neves Formighieri com Bento Munhoz da Rocha

A IMAGEM É de 8 de novembro de 1953 e registra o encontro de uma comitiva de Cascavel com o governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha. José Neves Formighieri (3º), primeiro prefeito de Cascavel, está acompanhado do primeiro presidente da Câmara de Vereadores, Dimas Pires (segundo, apoiado no balcão). Certamente, a comitiva foi reivindicar obras para o recém-inaugurado município de Cascavel. Também está na foto o deputado Pedro Liberti.



Arquivo Memória Paranaense / Acervo Xico Tebaldi

Estrada da Graciosa no século XIX

Por mais que a Estrada da Graciosa faça a ligação entre os municípios de Quatro Barras e Morretes/Antonina, vale destacar que, em seus primórdios, os nativos da região buscavam pinhão em seu topo — no local que, por muito tempo, foi chamado de "terra de muitos pinheiros" (atualmente, Curitiba).

O caminho da Graciosa foi aberto por Gabriel de Lara, por volta de 1646. A construção da estrada começou no final do século XIX, em 1873, quando a região de Antonina era um importante porto para o escoamento de produtos agrícolas da região.

A obra foi realizada por cerca de 40 mil trabalhadores, em sua maioria imigrantes europeus, que enfrentaram diversas dificuldades para abrir caminho através da densa mata atlântica que cobria a região. A construção da estrada durou cerca de 13 anos e foi concluída em 1885.

Inicialmente, a estrada tinha uma função essencialmente econômica, já que era utilizada para o transporte de mercadorias e produtos agrícolas, além de facilitar o acesso ao porto de Antonina. Com o tempo, porém, a beleza natural da região começou a atrair visitantes, e a Estrada da Graciosa passou a ser um importante destino turístico.



Acervo Curitiba Histórica / Academia Paranaense de Letras

Santa Casa de Ponta Grossa – Década de 1930

Do acervo de Itamar Coutinho, o registro mostra os primórdios do funcionamento da Santa Casa de Ponta Grossa, localizada onde hoje encontra-se a Rua Dr. Francisco Burzio. Não foi possível precisar o ano da fotografia.

Inaugurada oficialmente em 8 de dezembro de 1912, inicialmente sob o nome de "Hospital de Caridade", a Santa Casa contava com apenas 12 leitos, três médicos e oito funcionários em seu primeiro ano de atividade.

A unidade foi o segundo hospital filantrópico do Paraná, tendo sido convertida ao nome de "Santa Casa" em janeiro de 1919.

A construção do hospital, que permanece no mesmo endereço da Rua Francisco Burzio até os dias atuais, foi concebida em 1901, na gestão do ex-prefeito Ernesto Vilela, devido à carência de atendimento médico especializado na região dos Campos Gerais. Sendo Ponta Grossa a maior cidade do entorno, a ideia era que ela oferecesse tratamento para os municípios vizinhos. A obra teve início em 1907 e demorou cinco anos para ser finalizada.



Fundação Municipal de Cultura de Ponta Grossa e Santa Casa de Ponta Grossa / Foto - Acervo de Itamar Coutinho / Acervo Ponta Grossa Histórica

AGRO

Avicultura em alta Estado respondeu por 4,6% da produção mundial em 2025, exportou 2,1 milhões de toneladas e concentrou 34,4% dos abates nacionais, mais que o dobro da participação de Santa Catarina

Paraná produz 5 milhões de toneladas de frango e lidera abates no Brasil

Com 5 milhões de toneladas em 2025, o Paraná teria a quinta maior produção mundial de frango se fosse um país e liderou os abates no Brasil

Cascavel
REDAÇÃO COM AEN



Líder na produção nacional, Paraná responde por 4,6% da oferta mundial de carne de frango Jonathan Campos/AEN

O PARANÁ produziu 5 milhões de toneladas de carne de frango em 2025 e respondeu por 4,6% da oferta mundial. O volume colocaria o Estado na quinta posição entre os maiores produtores do mundo, caso fosse considerado um país. O ranking seria liderado por Estados Unidos, China, Brasil e Rússia.

Os dados foram consolidados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), com base em levantamentos nacionais e internacionais do setor. A produção mundial alcançou 108 milhões de toneladas no ano passado, segundo estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Do total produzido no Paraná, 2,1 milhões de toneladas foram destinadas ao mercado externo. O volume representa 41% da produção estadual. As exportações movimentaram US$ 3,5 bilhões, reforçando o peso da avicultura na geração de receitas para o país.

A atividade também movimenta uma cadeia econômica que envolve produtores rurais, fabricantes de insumos agropecuários, frigoríficos, transportadoras e empresas de logística.

"A cadeia da carne de frango é muito articulada e estruturada no Paraná e esse resultado reforça a posição estratégica do Estado na cadeia global de proteínas animais e a capacidade de expansão do setor", afirma Jorge Callado, diretor-presidente do Ipardes.

NÚMEROS

Avicultura paranaense

- **5 milhões de toneladas:** produção estadual em 2025.
- **4,6%:** participação na produção mundial.
- **2,1 milhões de toneladas:** volume exportado.
- **US$ 3,5 bilhões:** receita com exportações.
- **2,29 bilhões de aves:** abates no Paraná em 2025.
- **34,4%:** participação nos abates nacionais.

Produção cresce em 2026

O avanço da avicultura paranaense continuou no primeiro semestre de 2026. Entre janeiro e junho, o Estado produziu 2,7 milhões de toneladas de carne de frango, alta de 8,4% em relação ao mesmo período de 2025, quando foram registradas 2,5 milhões de toneladas.

Paraná lidera abate no Brasil

A força do setor também aparece nos números nacionais. O Paraná respondeu por 34,4% de todos os frangos abatidos no Brasil em 2025, com 2,29 bilhões de aves. O resultado superou os 2,23 bilhões registrados no Estado em 2024.

Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em todo o país, foram abatidos 6,69 bilhões de frangos no ano passado, crescimento de 3,1% na comparação com 2024.

O Paraná manteve ampla vantagem sobre os demais estados produtores. Santa Catarina aparece na segunda posição, com 13,7% dos abates nacionais. Na sequência estão Rio Grande do Sul, com 11,4%, e São Paulo, com 11,3%.

A participação paranaense no abate nacional foi mais que o dobro da registrada pelo segundo colocado, Santa Catarina.

Programa orientará produção de Trigo Baixo Carbono no país

As ações do programa começam no final de 2026 e prosseguem até 2030, quando os resultados serão disponibilizados ao setor

Portal Embrapa
Curitiba

●A produção nacional de trigo contará com um protocolo de certificação para atestar as práticas de sustentabilidade e avaliar o impacto da cultura nas emissões de gases de efeito estufa. O protocolo será desenvolvido pelo programa Trigo Baixo Carbono, nova iniciativa da Embrapa que busca contribuir para posicionar a triticultura brasileira na vanguarda da agenda climática global. As ações do programa começam no final de 2026 e prosseguem até 2030, quando os resultados serão disponibilizados ao setor.

A avaliação da pegada de carbono abrangerá desde a entrada de insumos na lavoura até a saída do produto da indústria, com registros dos diferentes coeficientes que afetam a emissão de gases durante o ciclo de vida do trigo. Os resultados orientarão modelos de produção mais sustentáveis em diversas cadeias produtivas associadas ao cereal, como alimentação humana, proteína animal e energia.

Lançamento

A cerimônia de lançamento do programa Trigo Baixo Carbono ocorrerá no dia 11 de novembro, na Cosy Casa Mirante, em São Paulo (SP).

Resultados inéditos

O programa Trigo Baixo Carbono pretende apresentar resultados inéditos à comunidade científica internacional, reportar como ocorre a emissão de gases de efeito estufa na produção de trigo em ambientes tropicais e subtropicais e indicar estratégias para reduzir impactos ambientais do campo à indústria.

"A estratégia é pioneira, coloca o Brasil como líder frente aos desafios climáticos mundiais ao mostrar indicadores científicos reconhecidos internacionalmente que comprovarão a sustentabilidade da triticultura nacional", explica a pesquisadora Vanderlise Giongo, da Embrapa Trigo (RS). Ela lembra que a triticultura brasileira vivencia uma fase de expansão e inovação, em que a introdução de métricas de carbono pode representar um salto para a competitividade da cadeia.

Pegada de carbono

Estudos realizados pela Embrapa Trigo em parceria com a Moageira Irati, na safra 2024, no Paraná, revelaram que a pegada de carbono do trigo é estimada em 0,50 kg de gás carbônico (CO_2) por quilo de trigo produzido. Esse resultado posiciona o Brasil abaixo da média mundial, estimada em 0,59 kg de CO_2, e demonstra a sustentabilidade do trigo brasileiro.

Confira os detalhes na notícia Estudo mostra como o Brasil pode reduzir em até 38% a pegada de carbono na produção de trigo.

Durante a condução do programa Trigo Baixo Carbono, o trabalho de coleta de dados em campo — amostras de solos, de gases e de práticas de manejo das lavouras, entre outros — considerará a amplitude territorial e a diversidade de solo e clima do Brasil. Assim, a pesquisa utilizará como referência as Regiões Homogêneas de Adaptação de Cultivares de Trigo, que delimitam os ambientes onde é indicado o seu cultivo no País.



Programa orientará produção de Trigo Baixo Carbono no Brasil AEN

"A diversidade de ambientes apontará diferentes indicadores e estratégias para, por exemplo, a produção de trigo no Sul subtropical em comparação com o cultivo no Cerrado tropical. O uso da água na produção irrigada deverá gerar um impacto diferente do observado no trigo de sequeiro. Isso também terá implicações na adubação, no uso de defensivos, na energia, no transporte... O número de variáveis será gigante, o que exige uma equipe multidisciplinar para conduzir esse tipo de projeto", explica André do Amaral, pesquisador da Embrapa Trigo.

Pesquisa avaliará fontes alternativas

A adubação nitrogenada, embora indispensável na produção de trigo, também foi identificada como um dos principais fatores de emissão de gases de efeito estufa, especialmente óxido nitroso (N_2O). Para minimizar os impactos no ambiente, o programa Trigo Baixo Carbono avaliará fontes alternativas de nitrogênio com menor emissão de N_2O e CO_2 para a atmosfera.

Outra estratégia da pesquisa é a seleção genética de cultivares com Inibição Biológica da Nitrificação (Biological Nitrification Inhibition ou BNI, em inglês), aptas a inibir a conversão de amônia em nitrato no solo e aumentar a eficiência do nitrogênio nas plantas.

"O melhoramento genético também implica em desenvolver cultivares capazes de promover ganhos de produtividade. Assim, as emissões de gases são diluídas e se produz mais alimento por quilograma de CO_2 emitido, resultando em maior eficiência ambiental", informa o pesquisador Eduardo Caierão, da equipe de melhoramento genético da Embrapa Trigo.

AGRO

Sustentabilidade no campo Ferramenta gratuita da Embrapa avalia o uso da água e o manejo de dejetos em propriedades leiteiras rurais, aponta falhas e recomenda práticas para reduzir impactos ambientais

Aplicativo ajuda produtores de leite a melhorar o uso da água



Ferramenta gratuita da Embrapa avalia o uso da água e o manejo de dejetos em propriedades leiteiras rurais Juliana Sussai

Aplicativo gratuito da Embrapa avalia 35 indicadores sobre água e dejetos e orienta produtores de leite sobre melhorias no manejo ambiental

Cascavel
PORTAL EMBRAPA

O APLICATIVO Índice de Desempenho Hídrico da Produção Leiteira (IDH Leite Embrapa) possibilita que produtores e técnicos identifiquem fragilidades no uso da água e no manejo dos dejetos. A adoção de boas práticas em fazendas de produção de leite com base nas recomendações do dispositivo impacta na redução do custo ambiental da atividade e favorece a conservação dos recursos naturais.

A ferramenta digital, desenvolvida pela Embrapa Pecuária Sudeste (SP), faz o diagnóstico e o monitoramento do manejo hídrico e de dejetos nas propriedades que lavam a sala de ordenha diariamente. Ela está disponível gratuitamente na Google Play em português, espanhol e inglês. Oferece visualização em tempo real, preenchimento simples, uso online ou offline e geração de relatórios em PDF.

Segundo o idealizador do IDH Leite, o pesquisador Julio Palhares, esta é uma solução para o dimensionamento de desempenho hídrico e o manejo de resíduos específica para propriedades leiteiras. "Os aplicativos de avaliação ambiental existentes costumam ser generalistas, abrangendo diversos tipos de produção animal, o que resulta em respostas muito amplas que pouco auxiliam na tomada de decisão. O diferencial deste é ser o primeiro focado exclusivamente na produção de leite", conta Palhares.

O app simplifica a análise realizada por técnicos e produtores e auxilia na tomada de decisões sobre melhorias dos processos, com foco em soluções voltadas à adequação ambiental da propriedade e à conservação dos recursos naturais.

Funcionamento do aplicativo

Após instalar o IDH Leite gratuitamente, o usuário faz um cadastro em que, na primeira etapa, responde sobre o perfil da propriedade. São solicitadas informações como o número de animais (vacas em lactação, vacas secas e novilhas), produção diária de leite total e por vaca, além de dados sobre licenciamento ambiental e sobre outorga de uso da água.

Na sequência, o produtor responde 35 perguntas divididas em três dimensões: quantidade de água, qualidade da água e manejo de dejetos. As questões abordam as práticas de manejo adotadas na propriedade e o produtor informa se executa ou não determinada ação. Os indicadores foram selecionados com base em padrões mundiais e validados por especialistas nacionais e internacionais, garantindo a precisão da medição.

Segundo o pesquisador, as respostas dos usuários em relação aos indicadores não demandam medições a campo. "Optamos por indicadores qualitativos. O produtor observa seu sistema e responde com base em sua rotina diária — isso eu tenho, isso eu não tenho; isso eu faço, isso não faço — , o que facilita a aplicação", observa Palhares.

Para cada dimensão concluída, o aplicativo gera uma pontuação. Ao final, são apresentadas quatro notas: o Índice de Desempenho Hídrico (IDH) geral e as notas específicas das três dimensões, todas variando de zero a um. Quanto mais próximo de um, melhor é a condição do sistema produtivo. O aplicativo estabelece uma pontuação mínima para cada dimensão e para o IDH geral, referências estabelecidas com base nos padrões da legislação ambiental e em recomendações técnicas.

A bovinocultura de leite é uma atividade intensiva no uso de água. Embora cresça a necessidade de se manejar os recursos naturais de forma eficiente por parte do setor, ainda há certo desconhecimento sobre o uso da água e o manejo de resíduos na atividade

Notas acima da referência mínima aparecem em verde e, abaixo, em vermelho. Nesses casos de nota baixa, o aplicativo indica as práticas recomendadas para que o manejo hídrico e o de dejetos alcancem o patamar mínimo necessário.

"A ferramenta avalia a situação atual e oferece um guia para evolução. A melhoria depende da boa vontade do produtor em conjunto com o técnico, além de planejamento para implementar as recomendações", destaca Palhares.

Praticidade e precisão técnica

A ferramenta gera automaticamente os resultados e armazena o histórico das avaliações, o que auxilia o usuário a monitorar o desempenho ambiental da propriedade no decorrer do tempo. Assim, é possível comparar o índice obtido com valores de referência, identificar as fragilidades ambientais e obter indicação de boas práticas. Sua adoção contribui para dar mais segurança hídrica à propriedade, tornando-a mais adaptada a eventos climáticos extremos, como períodos de seca.

"O aplicativo avalia a condição de uso da água e o manejo de dejetos da propriedade. O objetivo é evoluir a performance do IDH Leite da propriedade implementando melhorias contínuas. Para isso, o aplicativo ajuda a identificar práticas de curto, médio e longo prazo. Por exemplo, a captação de água da chuva demanda significativo investimento financeiro; então, será uma meta de longo prazo. Já a raspagem do esterco do piso antes da lavagem é uma mudança de manejo de curto prazo, com impacto imediato na nota do IDH Leite", explica Palhares.

De acordo com Palhares, o softaware também auxilia os produtores a adequar suas propriedades à legislação sobre o meio-ambiente e facilita comunicar à sociedade sua responsabilidade ambiental. "Hoje, os consumidores mais conscientes demandam informações sobre produção sustentável, como no caso do uso da água nos processos produtivos. Dessa forma, o IDH Leite Embrapa não é apenas uma ferramenta de diagnóstico, mas traz transparência ambiental às fazendas leiteiras", defende.

Para o consultor em produção de leite Celso Eduardo Silva, que atua nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, a ferramenta se destaca pela praticidade e pela precisão técnica com que traduz conceitos complexos de manejo de recursos hídricos e de resíduos para a tomada de decisão no campo. "Ter uma solução acessível, fundamentada em ciência e focada na sustentabilidade da pecuária agrega imenso valor tanto ao trabalho de consultoria e assistência técnica quanto à rotina do produtor rural", destaca Silva.

A bovinocultura de leite é uma atividade intensiva no uso de água. Embora cresça a necessidade de se manejar os recursos naturais de forma eficiente por parte do setor, ainda há certo desconhecimento sobre o uso da água e o manejo de resíduos na atividade. "Gerar informações e conhecimentos a fim de incentivar o desenvolvimento e a inovação, incorporando boas práticas ambientais ao manejo, é fundamental para um país que tem como uma de suas bases econômica e social a produção de commodities agropecuárias", destaca Palhares.

CHUVAS ACIMA DA MÉDIA

O que o aplicativo avalia

- **O IDH Leite Embrapa reúne 35 perguntas divididas em três dimensões:**

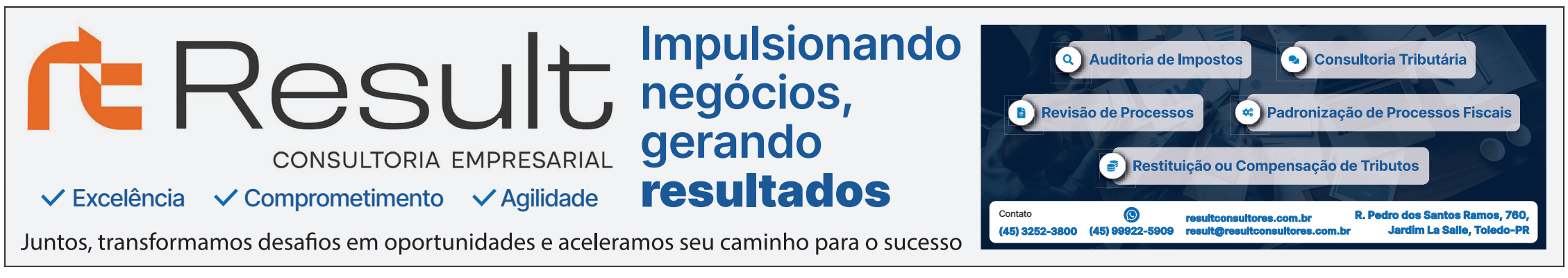
Quantidade de água: práticas relacionadas ao uso e à disponibilidade do recurso na propriedade.

Qualidade da água: condições de manejo e conservação da água utilizada na produção.

Manejo de dejetos: práticas adotadas para lidar com os resíduos gerados na atividade.

setembro o maior acumulado de chuva para o mês desde o início das séries históricas.

Milho 2027 - O atraso da soja pode reduzir a janela disponível para o plantio do milho safrinha.



Mais+

Cultura | Entretenimento | Saúde | Tendências

Arte Retirada de pintura de 1952 da venda da Christie's, após questionamentos do governo mexicano, expõe dúvidas sobre a origem da obra, sua passagem por coleções e os limites do mercado internacional de arte



Obra Congreso de los pueblos por la paz, pintada em 1952 por Frida Kahlo Divulgação/Arquivo

Leilão suspenso

de obra de Frida Kahlo reacende debate sobre patrimônio cultural latino-americano

Caso de Congreso de los pueblos por la paz envolve suspeitas sobre o acervo da Casa Azul, legislação de proteção artística e disputas sobre o direito de países preservarem obras que integram sua memória cultural

Cascavel
DA REDAÇÃO

A SUSPENSÃO DO LEILÃO de uma pintura de Frida Kahlo pela Christie's, uma das principais casas de leilões do mercado internacional, colocou novamente em evidência as disputas que envolvem a preservação, a propriedade e a circulação de obras de arte latino-americanas. O episódio ultrapassa o interesse comercial em uma peça avaliada em milhões de dólares e levanta questionamentos sobre a procedência de objetos artísticos, os mecanismos de proteção cultural e a responsabilidade de instituições e colecionadores.

A obra Congreso de los pueblos por la paz, pintada em 1952, estava prevista para ser leiloada em Nova York, com estimativa entre US$2,5 milhões e US$3,5 milhões. A venda foi suspensa em 17 de novembro, depois que autoridades mexicanas solicitaram informações sobre a trajetória da pintura e pediram o adiamento da negociação para esclarecer sua procedência.

O caso ganhou repercussão após denúncias de que a obra teria integrado o acervo do Museu Frida Kahlo, conhecido como Casa Azul, na Cidade do México, e deixado o local em circunstâncias que ainda precisam ser esclarecidas. A suspeita é de que a pintura tenha sido retirada irregularmente da coleção, hipótese que motivou questionamentos de artistas, agentes culturais e autoridades mexicanas.

A Christie's informou que decidiu retirar a peça em conjunto com o vendedor para realizar novas pesquisas e que espera oferecê-la em uma oportunidade futura. Até o momento, a suspensão não representa uma conclusão sobre a legalidade da posse da pintura, mas interrompe a negociação enquanto as dúvidas sobre seu histórico permanecem.

Controvérsia

A discussão sobre Congreso de los pueblos por la paz está relacionada a registros históricos do Museu Frida Kahlo. Hilda Trujillo Soto, ex-diretora da Casa Azul, afirmou em publicação de 2025 que a pintura aparecia no inventário original da instituição, elaborado em 1957, e que posteriormente teria sido identificada em registros vinculada a diferentes proprietários.

Segundo os relatos divulgados, um levantamento realizado em 2011 teria apontado divergências entre os bens relacionados ao legado de Diego Rivera e as obras então identificadas no acervo. Trujillo afirma que não há clareza sobre como a pintura deixou o museu e chegou ao mercado privado.

A denúncia alimentou pedidos de investigação e de esclarecimentos sobre a documentação da obra. A questão central não é apenas identificar quem possui atualmente o quadro, mas reconstruir sua trajetória: quando deixou a coleção, por quais mãos passou, quais documentos acompanharam as transferências e se os procedimentos respeitaram a legislação mexicana.

O Instituto Nacional de Belas Artes e Literatura do México (INBAL) solicitou à Christie's documentos que comprovem a procedência e a propriedade da pintura. A instituição também acompanha o caso junto ao fideicomisso responsável pelos Museus Diego Rivera e Frida Kahlo, administrado pelo Banco do México.

Embora existam acusações sobre a saída irregular da Casa Azul, a situação ainda está sob investigação e não há confirmação pública definitiva de que a obra tenha sido retirada ilegalmente do museu.

Proteção

Frida Kahlo é considerada uma das artistas mais importantes da história da arte mexicana e latino-americana. Em 1984, suas obras foram declaradas monumentos artísticos pelo México, medida que estabeleceu restrições à exportação definitiva de pinturas da artista.

A legislação busca proteger peças consideradas parte do patrimônio cultural do país, limitando sua saída permanente do território mexicano. Isso não significa que todas as obras estejam proibidas de ser comercializadas, mas que a circulação internacional está sujeita a regras específicas e à fiscalização das autoridades competentes.

No caso da pintura de 1952, o governo mexicano chegou a informar que ela teria deixado o país naquele mesmo ano, antes da declaração de proteção de 1984. Essa informação é relevante para a análise jurídica, mas não elimina os questionamentos sobre a possível passagem da obra pela Casa Azul e sobre as condições em que teria sido transferida para coleções privadas.

A existência de registros de propriedade e de transações anteriores é uma parte fundamental da investigação. No mercado de arte, a chamada procedência — histórico documentado de posse, circulação e origem de uma peça — é determinante para estabelecer autenticidade, legitimidade e segurança jurídica de uma negociação.

Mercado internacional

A comercialização de obras latino-americanas em grandes centros internacionais, como Nova York, Londres e Paris, é parte de um mercado global que movimenta cifras expressivas e reúne colecionadores, museus, galerias e investidores. Ao mesmo tempo, esse circuito é frequentemente atravessado por debates sobre peças que saíram de seus países de origem em períodos de fragilidade institucional, conflitos, desigualdade ou ausência de mecanismos eficazes de proteção.

Em diferentes partes do mundo, governos e instituições culturais têm buscado recuperar objetos considerados patrimônio nacional, incluindo obras adquiridas, transferidas ou retiradas em contextos questionados. A discussão envolve tanto casos de comprovada ilegalidade quanto situações em que a documentação é incompleta ou a interpretação das normas é controversa.

Para países latino-americanos, o debate tem particular relevância diante da história de concentração de coleções em instituições estrangeiras e da valorização internacional de artistas da região. A permanência de obras em outros países pode ampliar sua visibilidade e circulação, mas também levanta preocupações sobre o acesso das populações de origem, a preservação da memória cultural e a autonomia para decidir sobre seus patrimônios.

A disputa envolvendo Frida Kahlo evidencia o conflito entre o valor de mercado de uma obra e sua dimensão histórica e simbólica. Uma pintura pode ser objeto de propriedade privada e, simultaneamente, representar uma referência cultural que ultrapassa os interesses individuais de compra e venda.

EM NÚMEROS

2,5

US$ 2,5 milhões e US$ 3,5 milhões
A obra estava estimada entre US$2,5 milhões e US$3,5 milhões, valor que poderia ultrapassar os R$20 milhões, dependendo da cotação

Frida Kahlo

A relevância de Frida Kahlo para a identidade cultural do México ajuda a explicar por que casos envolvendo suas obras mobilizam autoridades, artistas e sociedade. Sua produção artística, marcada por autorretratos, experiências pessoais, referências à cultura mexicana e questões políticas, tornou-se parte de um legado reconhecido internacionalmente.

A Casa Azul, localizada em Coyoacán, na Cidade do México, é um dos principais espaços dedicados à preservação dessa memória. O museu reúne objetos pessoais, obras, documentos e ambientes ligados à vida da artista, sendo também um dos locais de maior interesse cultural e turístico do país.

Quando uma peça que teria integrado esse contexto aparece em uma negociação internacional sem que sua trajetória esteja completamente esclarecida, a discussão passa a envolver não apenas o mercado, mas também a preservação da memória e a transparência na gestão de coleções.

A suspensão do leilão de Congreso de los pueblos por la paz não encerra a disputa. A investigação sobre sua procedência poderá esclarecer os vínculos da pintura com a Casa Azul, as circunstâncias de sua circulação e a situação jurídica atual. Enquanto isso, o caso mantém em evidência uma questão que atravessa fronteiras: até que ponto o patrimônio artístico deve ser tratado como ativo comercial e quais responsabilidades existem para garantir que a história e a origem de uma obra sejam respeitadas?

No Dia da Consciência Negra, trajetória de Zumbi resgata a história de um dos maiores símbolos de resistência do país e reforça a importância da memória na luta contra o racismo



Zumbi dos Palmares e a história do dia da consciência negra Divulgação/Arquivo

Quem foi Zumbi dos Palmares?

Conheça a história do líder que enfrentou a escravidão

Mais de 330 anos após sua morte, líder quilombola segue como referência histórica; historiador destaca que o legado de Palmares ultrapassa a luta da população negra e representa a defesa da liberdade para toda a sociedade

Cascavel
DA REDAÇÃO

MAIS DE 330 ANOS após sua morte, Zumbi dos Palmares permanece como uma das principais referências da resistência à escravidão e da luta pela liberdade no Brasil. Neste 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, a trajetória do líder quilombola volta ao centro das discussões sobre a formação do país, a memória histórica e o combate ao racismo.

Para o historiador alagoano Zezito Araújo, que há décadas pesquisa a história afro-brasileira, Zumbi representa um ideal de liberdade construído por meio da resistência. "É um símbolo de liberdade forjada e construída na luta", afirma.

Zumbi foi um dos principais líderes do Quilombo dos Palmares, comunidade formada por pessoas que fugiam da escravidão e buscavam autonomia na região da Serra da Barriga, no atual município de União dos Palmares, em Alagoas. O território existiu entre os séculos XVI e XVII e reuniu diferentes mocambos, que funcionavam como núcleos de moradia, produção e organização coletiva.

Nascido por volta de 1655, na região de Porto Calvo, também em Alagoas, Zumbi foi capturado ainda criança e entregue ao padre Antônio Melo. Recebeu educação religiosa e aprendeu latim e costumes portugueses. Na juventude, fugiu e seguiu para Palmares, onde passou a integrar a organização da comunidade e, posteriormente, assumiu papel de liderança.

Ganga Zumba

Na década de 1670, Ganga Zumba, então uma das principais lideranças de Palmares, iniciou negociações de paz com a Coroa portuguesa, por intermédio do governo da Capitania de Pernambuco. O acordo, porém, provocou divergências entre os quilombolas.

Zumbi se opôs aos termos propostos por considerar que eles não garantiam liberdade e condições adequadas a todos os moradores de Palmares. A discordância dividiu a liderança da comunidade. Zumbi e seus aliados mantiveram a resistência contra as forças coloniais, enquanto as negociações conduzidas por Ganga Zumba seguiram outro caminho.

Com a ruptura, os confrontos com as tropas portuguesas se intensificaram. Palmares passou a enfrentar sucessivas expedições militares, que destruíram diferentes mocambos e avançaram sobre o principal núcleo de resistência, conhecido como Macaco.

Destruição de Palmares

Em 6 de fevereiro de 1694, tropas comandadas por Domingos Jorge Velho, Bernardo Vieira de Melo e Sebastião Dias tomaram a fortaleza de Macaco, em uma das principais ofensivas contra Palmares. Zumbi conseguiu escapar e se refugiou na região entre as atuais cidades alagoanas de Viçosa e Cajueiro.

Quase um ano depois, foi localizado após a captura de Antônio Soares, um de seus companheiros. Zumbi foi morto pelas tropas portuguesas em 20 de novembro de 1695. Sua cabeça foi levada ao Recife e exposta em praça pública, numa tentativa de intimidar outros movimentos de resistência.

A morte do líder, entretanto, não significou o fim imediato da luta dos quilombolas. Outros grupos continuaram resistindo à escravidão e à repressão colonial.

Refúgio

Para Zezito Araújo, a história do Quilombo dos Palmares precisa ser compreendida para além dos conflitos militares. O território também representou uma experiência de organização social, econômica e política diferente do modelo colonial baseado na escravização.

A FRASE

"É um símbolo de liberdade forjada e construída na luta"
ZEZITO ARAÚJO
Historiador

Segundo o historiador, Palmares não era formado exclusivamente por pessoas negras. A comunidade também reunia indígenas e brancos, além de moradores com diferentes tradições religiosas. A terra era utilizada coletivamente, e a produção das áreas cultivadas era compartilhada entre os habitantes.

O quilombo também mantinha relações comerciais e trocas com comunidades vizinhas. Portanto, não era um território isolado, mas participava da dinâmica econômica da região. "Enquanto o projeto da sociedade colonial portuguesa era o da escravização, o projeto do Quilombo dos Palmares, organizado por Aqualtune, Ganga Zumba, Zumbi, Dandara e tantas outras lideranças, era o da liberdade", destaca o professor.

O historiador ressalta que os ideais defendidos pelos quilombolas ultrapassam a história da população negra. "Hoje, os ideais de liberdade dele e dos quilombolas que sacrificaram suas vidas por Palmares estão incorporados aos ideais de liberdade dos homens e das mulheres brasileiras, independentemente da cor ou da raça", afirma.

A imagem de Zumbi também passou por mudanças ao longo do tempo. Durante parte da história oficial, o líder quilombola foi retratado de forma negativa, associado à criminalidade e à resistência contra a ordem colonial. A partir da década de 1980, o movimento negro intensificou o resgate de sua trajetória e a valorização de Palmares como símbolo de luta e organização.

Esse processo contribuiu para consolidar o 20 de novembro como data de referência para a luta antirracista, em memória da morte de Zumbi. O líder foi posteriormente incluído no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, reconhecimento oficial de sua importância para a história brasileira.

Outro marco foi a aprovação da Lei nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023, que tornou o Dia da Consciência Negra feriado nacional.

A Serra da Barriga, onde funcionou o Quilombo dos Palmares, também recebeu reconhecimento como Patrimônio Cultural do Mercosul, em novembro de 2017. O local se tornou espaço de memória e referência para atividades culturais, históricas e de valorização da cultura afro-brasileira.

Mais de três séculos depois, a trajetória de Zumbi permanece presente no debate sobre liberdade, igualdade e formação da sociedade brasileira. Para o historiador, preservar essa memória significa reconhecer que Palmares não foi apenas um episódio de resistência à escravidão, mas uma experiência histórica que colocou a liberdade no centro de um projeto coletivo de sociedade.

Mais+



WWW.GAZETADOPARANA.COM.BR

GazetadoParaná

UM JORNAL
QUE TEM CULTURA

Leis | Julgamentos | Sentenças | Opiniões

Gazetajus

Prova digital Julgamento da Terceira Turma afasta a exigência automática de autenticação em cartório para capturas de conversas, mas mantém a possibilidade de contestação da prova

STJ admite prints de WhatsApp como prova sem ata notarial

Decisão sobre processos civis diferencia a apresentação de mensagens eletrônicas da comprovação de sua autenticidade e não dispensa perícia quando necessária



STJ/Divulgação

REDAÇÃO
Cascavel

● Capturas de tela de conversas pelo WhatsApp podem ser apresentadas como prova em processos civis mesmo sem ata notarial, documento elaborado em cartório para registrar o conteúdo de mensagens. Esse foi o entendimento adotado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento do Recurso Especial 2.275.083, relatado pela ministra Nancy Andrighi. A decisão afasta a exigência generalizada de autenticação cartorária prévia, mas não transforma qualquer imagem em prova incontestável.

A orientação tem reflexos em ações de cobrança, conflitos contratuais, relações de consumo e disputas familiares, nas quais mensagens eletrônicas frequentemente documentam negociações, compromissos e comunicações entre as partes. O ponto central é distinguir a admissibilidade do documento, ou seja, a possibilidade de juntá-lo ao processo, de sua força para demonstrar os fatos alegados. A segunda avaliação continua sujeita ao contraditório e à análise do juiz.

Documento pode ser contestado

A ata notarial é produzida por tabelião, que registra fatos constatados, como uma conversa exibida no celular. O procedimento pode oferecer segurança adicional, mas tem custo e não constitui, por si só, garantia absoluta de que uma mensagem não tenha sido manipulada antes da verificação. O Código de Processo Civil admite meios legais e moralmente legítimos de prova e prevê instrumentos para verificar a autenticidade de documentos apresentados pelas partes.

Na interpretação adotada pelo STJ, a ausência da ata não basta para rejeitar automaticamente o print. Se a parte contrária questionar de maneira específica sua origem ou integridade, poderá ser necessário apresentar outros elementos de confirmação, recorrer a mecanismos de autenticação eletrônica ou realizar perícia. A decisão não elimina a obrigação de avaliar o contexto da conversa, a identificação dos interlocutores e a eventual existência de cortes ou alterações.

A discussão envolve os artigos 369, 384 e 422 do Código de Processo Civil. O primeiro reconhece a possibilidade de utilização de diferentes meios probatórios; o segundo disciplina a ata notarial; e o terceiro trata da eficácia de reproduções, inclusive quando sua conformidade é impugnada. A combinação dessas regras não torna o cartório uma passagem obrigatória para toda prova extraída de aplicativo de mensagens.

Limites da decisão

O entendimento foi firmado em processo civil. Não significa que as mesmas condições se apliquem indistintamente à esfera criminal, na qual a obtenção e a preservação de evidências digitais podem exigir cuidados específicos de cadeia de custódia, especialmente quando aparelhos são apreendidos por autoridades. Também não impede que o juiz determine diligências para esclarecer dúvidas sobre a integridade do material.

Para quem pretende utilizar uma conversa em juízo, a cautela continua importante: preservar o histórico original, manter o aparelho ou os arquivos disponíveis, evitar edições e reunir documentos que confirmem o contexto das mensagens. O julgamento facilita o acesso à prova digital, mas conserva os instrumentos para identificar montagens, fraudes e registros descontextualizados. A credibilidade do conteúdo seguirá sendo examinada em cada caso.

NÚMERO

369

A discussão envolve os artigos 369, 384 e 422 do Código de Processo Civil

Cartórios terão de reforçar segurança de dados e documentos

Normas do CNJ preveem controles de acesso, rastreabilidade e recuperação de arquivos, com implantação escalonada conforme o porte das serventias

Redação
Cascavel

●Cartórios de todo o país terão de adotar medidas mais detalhadas de segurança da informação para proteger registros, documentos e dados pessoais armazenados em seus sistemas. As exigências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabelecidas pelo Provimento 213/2026 e atualizadas pelo Provimento 243/2026, abrangem controles de acesso, proteção de arquivos, procedimentos de auditoria e estratégias para manter o atendimento mesmo diante de falhas tecnológicas ou incidentes cibernéticos.

As normas alcançam serviços extrajudiciais que concentram informações fundamentais para a vida civil e patrimonial, como registros de nascimento, casamento e óbito, matrículas imobiliárias, procurações, contratos e protestos. Com a expansão dos serviços eletrônicos, a segurança deixou de depender apenas da conservação física dos livros e passou a envolver sistemas, fornecedores, credenciais e rotinas de armazenamento digital.

Rastrear acessos e prevenir perdas

Entre as providências previstas estão o controle individualizado de usuários, a adoção de mecanismos de autenticação, o registro de operações e a proteção de cópias de segurança. Esses recursos ajudam a identificar quem acessou determinado sistema, quando ocorreu uma operação e se houve tentativa de alteração indevida. A gestão de vulnerabilidades e os planos de continuidade também procuram reduzir o tempo de paralisação em caso de pane ou ataque.

O risco não se limita ao vazamento de informações pessoais. A indisponibilidade de registros pode dificultar a emissão de certidões, a realização de negócios imobiliários e a comprovação de direitos. Já a alteração não autorizada de documentos compromete a confiança em atos que produzem efeitos jurídicos. Por isso, autenticidade, integridade e disponibilidade são dimensões complementares da segurança exigida das serventias.

A regulamentação dialoga com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), mas possui foco operacional próprio. Não basta afirmar que informações estão protegidas: é necessário organizar responsabilidades, documentar procedimentos, fiscalizar prestadores de serviços e preparar respostas a incidentes. A contratação de empresas de tecnologia não elimina a responsabilidade dos titulares dos cartórios pela observância das exigências aplicáveis.

Adaptação gradual

O CNJ definiu etapas de implementação de acordo com o porte econômico das serventias. O cronograma permite que unidades com estruturas e receitas diferentes organizem investimentos, capacitação e ajustes técnicos. A adequação integral está distribuída em prazos que chegam a 2029, sem afastar a necessidade de manter desde já cuidados básicos de preservação dos acervos e prevenção de riscos.

A implantação gradual é especialmente relevante para cartórios menores, que nem sempre dispõem de equipes próprias de tecnologia. Ainda assim, a diferença de porte não altera o dever de proteger documentos e informações sob sua guarda. A fiscalização pelas corregedorias e a comprovação das providências adotadas serão decisivas para verificar se as regras saíram do papel.

Para o cidadão, a mudança tende a ser pouco visível no balcão, mas tem efeitos concretos: reduzir a exposição de dados, diminuir a possibilidade de fraudes e preservar a continuidade de serviços essenciais. A modernização dos cartórios só oferece segurança jurídica quando a facilidade de acesso aos registros vem acompanhada de mecanismos capazes de garantir que eles permaneçam íntegros, disponíveis e confiáveis.



CNJ/Divulgaçao

DATA

2029

Ano até o qual se estende o cronograma escalonado de adequação integral de parte das serventias às exigências de segurança digital do CNJ